



# **ACADEMIA MILITAR**

## **Segurança no planeamento urbanístico: A criação de um programa CPTED**

**Autor:** Aspirante de GNR Cavalaria João Pedro Arvins Fernandes

**Orientador:** Capitão de GNR António José Esteves Ribeiro

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, maio de 2017**



# **ACADEMIA MILITAR**

## **Segurança no planeamento urbanístico: A criação de um programa CPTED**

**Autor:** Aspirante de GNR Cavalaria João Pedro Arvins Fernandes

**Orientador:** Capitão de GNR António José Esteves Ribeiro

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, maio de 2017**

## EPÍGRAFE

*“By far the greatest and most admirable form of wisdom  
is that needed to plan and beautify cities and human communities”*

**Sócrates**

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho representa o culminar de cinco longos anos de esforço e dedicação. Assim, venho por este meio agradecer a todos aqueles que me acompanharam e me ajudaram a chegar aqui.

À Academia Militar, à Escola da Guarda e a todos os seus profissionais que contribuíram para a minha formação e me transmitiram valores e conhecimento que me ajudaram a completar este percurso.

Ao Tenente Coronel Gonçalo Carvalho e ao Major Adérito Rodrigues, agradeço o acompanhamento e disponibilidade constantes, além de todos os úteis e sábios conselhos dados ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu orientador, Capitão António José Esteves Ribeiro, agradeço a sua disponibilidade, apoio, acompanhamento e incentivo para a concretização desta investigação.

Aos profissionais que me concederam as entrevistas, Capitão David Ramos Gomes, Dr. Herculano Alberto Pinto Cachinho, Dr. Ricardo Alexandre Cardoso Garcia, Dr. José Luís Zêzere, Dr. Paulo Morgado Sousa e Dr. Gonçalo Manuel Ferreira dos Santos Antunes pela partilha das suas opiniões e conhecimento, cruciais para o sucesso desta investigação.

À minha família, agradeço toda a dedicação, apoio, força e todos os valores transmitidos pois sem eles este percurso não seria possível.

Por fim, aos meus camaradas e amigos do XXII Curso de Formação de Oficiais da GNR, pelo apoio e pelos bons momentos passados ao longo destes 5 anos.

## RESUMO

O presente trabalho de investigação aborda a temática da Prevenção Criminal Através do Espaço Construído, nomeadamente, a criação de um programa como política pública de segurança. Assim, o trabalho subordina-se ao tema: “Segurança no planeamento urbanístico: A criação de um programa CPTED”.

O objetivo deste trabalho centra-se em determinar se a aplicação de um programa de Prevenção Criminal Através do Espaço Construído, em Portugal, como política pública de segurança seria um método eficaz na diminuição dos crimes contra o património.

No decorrer da investigação foi utilizado o método hipotético-dedutivo. Foram formuladas uma pergunta de partida, perguntas derivadas e hipóteses de resposta. A investigação visou verificar as hipóteses e dar resposta às perguntas formuladas. Para tal, foram utilizados os procedimentos metodológicos sugeridos por Sarmiento M. (2013) e por Quivy & Campenhoudt (2013).

O trabalho é composto por três partes, divididas em sete capítulos. Numa primeira parte, constituída pelos três primeiros capítulos, é feita uma abordagem conceptual, na qual são abordadas as políticas de segurança, a prevenção criminal através do espaço construído e alguns casos de referência onde o último foi aplicado com sucesso. Na segunda parte, composta pelos capítulos quatro e cinco, são explicados, de forma pormenorizada, os procedimentos metodológicos adotados. Por fim, numa terceira parte, procede-se à apresentação e discussão dos resultados relativos às hipóteses e perguntas levantadas no início da investigação.

Com os resultados obtidos é possível concluir que uma política pública de segurança que regule a aplicação da Prevenção Criminal Através do Espaço Construído poderá ser preponderante na redução da criminalidade contra o património devido ao poder dissuasor que um adequado planeamento urbanístico pode desempenhar.

**Palavras-chave:** Segurança no planeamento urbanístico; Prevenção Criminal Através do Espaço Construído; Políticas públicas de segurança

## ABSTRACT

The present research deals with the theme of Crime Prevention Through Environmental Design, namely, its creation as a public security policy. Thus, the work is subordinated to the theme: “Security in urban planning: The creation of a CPTED program”.

The aim of this paper is to determine if the application of a program of Crime Prevention Through Environmental Design as a public security policy would be an effective method to reduce crimes against property.

During the investigation, the hypothetical-deductive method was used. A question of departure, derived questions and hypothesis of answer were formulated. The investigation aimed to verify the hypothesis and to answer to the questions. For that, the methodological procedures suggested by Sarmento M. (2013) and Quivy & Campenhoudt (2013) were used.

The paper consists of three parts, divided into seven chapters. In the first part, constituted by the first three chapters, a conceptual approach is made, in which the security policies, the crime prevention through environmental design and some reference cases where the last one has been applied successfully are approached. In the second part, composed by chapters four and five, the methodological procedures used are explained thoroughly. Finally, in a third part, the results of the hypothesis and questions raised at the beginning of the investigation are presented and discussed.

With the results obtained, it is possible to conclude that a public security policy that regulates the application of Crime Prevention Through Environmental Design can be preponderant in the reduction of crime against property due to the dissuasive power that suitable urban planning can carry out.

**Keywords:** Security in urban planning; Crime Prevention Through Environmental Design; Public security policy.

## ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE .....	i
AGRADECIMENTOS .....	ii
RESUMO .....	iii
ABSTRACT .....	iv
ÍNDICE DE FIGURAS .....	viii
ÍNDICE DE QUADROS .....	ix
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS .....	x
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓMINOS .....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - POLÍTICA DE SEGURANÇA .....	6
1.1. A Administração Pública Portuguesa .....	6
1.2. As Políticas Públicas.....	6
1.3. Segurança Interna e Segurança Pública .....	8
1.3.1. Segurança Interna .....	8
1.3.2. Segurança Pública.....	9
1.3.2.1. A Criminalidade contra o Património em Portugal .....	10
1.4. Políticas Públicas de Segurança.....	11
CAPÍTULO 2 - PREVENÇÃO CRIMINAL ATRAVÉS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO. 13	
2.1. Introdução .....	13
2.2. A relação entre espaço e crime .....	14
2.3. A Prevenção Criminal Através do Espaço Construído de 1º Geração.....	15
2.3.1. Princípios da Prevenção Criminal Através do Espaço Construído.....	17
2.3.1.1. Vigilância natural.....	17
2.3.1.2. Controlo natural de acessos .....	18
2.3.1.3. Reforço Territorial .....	18

2.3.1.4. Manutenção e Gestão .....	19
2.3.2. Teoria das janelas partidas .....	19
2.4. A Prevenção Criminal Através do Espaço Construído de 2º Geração.....	20
CAPÍTULO 3 - APLICAÇÕES DA PREVENÇÃO CRIMINAL ATRAVÉS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO .....	21
3.1. O caso do Reino Unido .....	21
3.1.1. A cidade de Newcastle .....	22
3.1.2. A cidade de Gravesend.....	22
3.1.3. A cidade de Stroud .....	23
3.2. O caso dos Países Baixos .....	23
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA.....	25
4.1. Método da Abordagem .....	25
4.2. Modelo de Análise .....	26
CAPÍTULO 5 - MÉTODOS E MATERIAIS.....	27
5.1. Contexto de Observação .....	27
5.2. Métodos e técnicas de recolha de dados .....	27
5.3. Procedimentos de Amostragem .....	28
5.4. Técnicas de tratamento de análise de dados .....	29
CAPÍTULO 6 - RESULTADOS .....	30
6.1. Introdução .....	30
6.2. Análise das entrevistas.....	30
6.3. Conclusão das entrevistas .....	40
CAPÍTULO 7 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	42
7.1. Introdução .....	42
7.2. Verificação das hipóteses.....	42
7.3. Resposta às perguntas derivadas.....	43
7.4. Resposta à pergunta de partida .....	44



CONCLUSÃO.....	46
BIBLIOGRAFIA .....	48
APÊNDICES .....	I
APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO .....	I
APÊNDICE B – GUIÃO DA ENTREVISTA .....	III
APÊNDICE C – CRIMINALIDADE REGISTADA EM PORTUGAL (1993 A 2016). V	
APÊNDICE D – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS .....	VII
APÊNDICE E – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	VIII
E.1. Codificação alfanumérica e cromática das entrevistas.....	VIII
E.2. Matriz de análise de conteúdo por questão .....	IX
APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS .....	XI
F.1. Entrevista n.º1 .....	XI
F.2. Entrevista n.º 2 .....	XIII
F.3. Entrevista n.º 3 .....	XVI
F.4. Entrevista n.º 4 .....	XVIII
F.5. Entrevista n.º 5 .....	XXI
F.6. Entrevista n.º 6 .....	XXIII

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 - Criminalidade Registada em Portugal (2012 a 2016).....	10
---	----

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Análise qualitativa e quantitativa das entrevistas.....	30
Quadro 2 - Análise de conteúdo à questão n.º 8.....	32
Quadro 3 - Análise de conteúdo à questão n.º 9.....	33
Quadro 4 - Análise de conteúdo à questão n.º 10.....	34
Quadro 5 - Análise de conteúdo à questão n.º 11.....	35
Quadro 6 - Análise de conteúdo à questão n.º 12.....	36
Quadro 7 - Análise de conteúdo à questão n.º 13.....	38
Quadro 8 - Análise de conteúdo à questão n.º 14.....	39
Quadro 9 - Criminalidade registada em Portugal (1993 a 2016).....	V
Quadro 10 - Caracterização dos Entrevistados.....	VII
Quadro 11 - Codificação alfanumérica e cromática das entrevistas.....	VIII
Quadro 12 - Matriz de análise de conteúdo por questão .....	IX
Quadro 13 - Transcrição da Entrevista n.º 1.....	XI
Quadro 14 - Transcrição da Entrevista n.º 2.....	XIII
Quadro 15 - Transcrição da Entrevista n.º 3.....	XVI
Quadro 16 - Transcrição da Entrevista n.º 4.....	XVIII
Quadro 17 - Transcrição da Entrevista n.º 5.....	XXI
Quadro 18 - Transcrição da Entrevista n.º 6.....	XXIII

## **LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS**

### **Apêndices**

Apêndice A – Carta de Apresentação

Apêndice B – Guião da Entrevista

Apêndice C – Criminalidade registada em Portugal (1993 a 2016)

Apêndice D – Caracterização dos Entrevistados

Apêndice E – Análise das Entrevistas

Apêndice F – Transcrição das Entrevistas

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓMINOS

	<b>A</b>	
AP		Administração Pública
	<b>C</b>	
CCTV		Closed-circuit Television
CPTED		Crime Prevention Through Environmental Design
	<b>F</b>	
FCSH		Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
FS		Forças de Segurança
FSS		Forças e Serviços de Segurança
	<b>G</b>	
GNR		Guarda Nacional Republicana
	<b>H</b>	
H		Hipótese
	<b>I</b>	
IGOT		Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
	<b>N</b>	
n.º		Número
NEP		Norma de Execução Permanente
	<b>O</b>	
OEI		Objetivos Específicos da Investigação
	<b>P</b>	
PD		Pergunta Derivada
PPS		Políticas Públicas de Segurança
	<b>R</b>	
RASI		Relatório Anual de Segurança Interna
	<b>T</b>	
TIA		Trabalho de Investigação Aplicada
	<b>U</b>	
U/E/O		Unidades, Estabelecimentos e Órgãos
UE		Unidade de Enumeração
UL		Universidade de Lisboa
UR		Unidade de Registo

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) insere-se no âmbito da estrutura curricular do Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança da Guarda Nacional Republicana (GNR) e está subordinado ao tema: “Segurança no planeamento urbanístico: A criação de um programa CPTED”.

Neste capítulo, é apresentada uma perspetiva geral do trabalho, iniciada por um enquadramento ao tema e por uma breve justificação da escolha do mesmo. De seguida, são definidos os objetivos gerais e específicos e é formulada a pergunta de partida da investigação. Por fim, é abordado o percurso metodológico utilizado e é feita uma síntese da estrutura do trabalho.

Cada vez mais a sociedade contemporânea deposita a sua necessidade de segurança no sistema político onde se insere e partilha a opinião de que o ambiente global, onde se encontra inserida, é caótico e complicado (Sarmiento C. M., 2010). Dia após dia, as ameaças são mais imprevisíveis e a sua resolução torna-se mais complexa, portanto, as políticas públicas de segurança (PPS) assumem um papel reforçadamente mais preponderante na prevenção das mesmas.

As PPS são definidas por Dieu (1999 cit, por Oliveira, 2006, p.285) como “um conjunto, mais ou menos coerente, de decisões e de medidas tomadas pelas instâncias políticas legítimas, cujo objetivo, expressamente definido, é o de fornecer através da mobilização das instituições de segurança de regulação social e de outros parceiros públicos e privados, uma resposta efetiva às diversas formas de insegurança”. Podem, portanto, ser definidas como escolhas que as entidades governamentais tomam como resposta a um problema social, visando a resolução de problemas públicos.

A formulação das PPS é um processo que se foca em dois fatores: nas decisões que devem ser tomadas e no resultado que se pretende obter (Geurts, 2011). De acordo com Pasquino (2010), as políticas públicas emanam de um ou mais atores públicos sob a forma de um conjunto de práticas e diretrizes. A formulação de políticas públicas caracteriza-se por integrar um quadro diversificado de participantes como decisores políticos, funcionários públicos, assessores políticos, especialistas na matéria e auditores (Geurts, 2011).

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2015, as orientações estratégicas da GNR, para 2016, incluem a criação de um programa nacional de

## Introdução

prevenção e segurança de proximidade onde se pretende abranger, entre outras, medidas no âmbito da criação de mais e melhor proteção à escala das comunidades, dando lugar a renovados procedimentos de patrulhamento. Prende-se ainda o desenvolvimento de um programa de prevenção e segurança específico para as grandes áreas metropolitanas, a atualização dos planos e metodologias de formação para a prevenção e segurança de proximidade, e a educação para a cidadania, destinada a prevenir a prática de incivilidades e comportamentos de risco (Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna, 2016).

Na sequência deste relatório, surge o RASI de 2016, que contempla como orientações estratégicas para 2017 o aumento das ações policiais para dissuasão e repressão de crimes de furto de oportunidade, a dinamização da instalação de sistemas de videovigilância em zonas de risco e o melhoramento e o desenvolvimento dos atuais programas nos domínios das políticas de prevenção e de segurança de proximidade (Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna, 2017).

A Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED) parte do pressuposto de que a conceção do espaço urbano e a sua arquitetura são essenciais para influenciar o comportamento humano, podendo influenciar a perceção do risco por parte de potenciais criminosos, reduzindo, conseqüentemente, as oportunidades de cometer crimes. É, portanto, uma abordagem que procura através da gestão do espaço construído (físico e social) dar maior conforto ao espaço público, reduzindo o sentimento de insegurança dos cidadãos, bem como as oportunidades para comportamentos indesejáveis, perturbadores, desenquadrados ou ilícitos (Ministério da Administração Interna, 2013).

Os comportamentos indesejáveis que ocorrem em espaços públicos derivam de três elementos essenciais relativos ao indivíduo. A sua habilidade, a oportunidade e o risco. No que respeita ao motivo, é sabido que, para o criminoso, o risco prevalece sobre a recompensa. Ou seja, regra geral, os crimes são cometidos em função da probabilidade de não serem apanhados e não em função da probabilidade de serem bem recompensados pela prática ilícita (Stallard, 2005).

Tanto o espaço público como os comportamentos que nele ocorrem estão intimamente relacionados. Esta relação tem, no entanto, sido descuidada e não tem sido considerada no planeamento urbanístico, o que pode suscitar a prática de comportamentos indesejáveis. Todavia, apesar da importância do planeamento urbanístico, este não é o único fator a ter em conta. Devem ser considerados também os cidadãos que frequentam os espaços públicos, que os podem utilizar adequadamente ou não (Neves, 2012).

## Introdução

Os contributos das Forças de Segurança (FS) devem, portanto, incidir não só no combate ao crime, mas também na prevenção criminal, através da inclusão dos seus conhecimentos no planeamento urbanístico. De facto, as FS locais conseguem, melhor do que ninguém, identificar os problemas relacionados com o espaço público da sua área e onde ocorrem as diversas tipologias de crimes.

A não integração da experiência das FS nas abordagens à segurança há muito que deixou de fazer sentido. Torna-se, então, cada vez mais importante integrar contributos multidisciplinares na conceção e gestão do espaço público, conferindo-lhe mais segurança e mais conforto (Batista, 2015).

A nível nacional, o planeamento urbanístico também carece de orientações relativas à segurança, mais concretamente no que toca à abordagem CPTED, nunca tendo estas sido aplicadas de forma sistemática ou enquadradas numa estratégia (Neves, 2012).

No âmbito internacional, já são vários os países com estratégias CPTED implementadas, como é caso do Reino Unido e dos Países Baixos.

No Reino Unido, foi criado, em 1989, o programa “Secured by Design”, gerido pela “Association of Chief Police Officers Crime Prevention Initiatives”, uma organização sem fins lucrativos criada para esse mesmo propósito. O processo de planeamento urbanístico no Reino Unido está sujeito a um controlo rigoroso de forma a conceder um nível aceitável de segurança, através da prevenção criminal. Deste modo, cada fase do processo de planeamento é gerida com o intuito de garantir um desenvolvimento sustentável e seguro (Office of the Deputy Prime Minister, 2004).

Logo na abertura dos concursos públicos para a construção de um determinado espaço público, os candidatos devem indicar todos os possíveis conflitos entre a construção do espaço e os comportamentos desadequados que daí podem resultar. Os candidatos são aconselhados a discutir a sua intenção com a comunidade local, com as autoridades locais e com as FS que lhes deverão indicar possíveis causas de crime e enquadrá-los sobre a comunidade que frequentará o espaço. Numa fase seguinte, os candidatos deverão apresentar as medidas de prevenção criminal que adotaram tendo em conta o contexto específico do espaço. Caso algum projeto apresente medidas que possam afetar o sentimento de segurança da comunidade ou aumentar a probabilidade de ocorrências ilícitas, a sua candidatura não é aceite (Glowacki, Lojek, Ostrowska, Tyburska, & Urban, 2010).

Este sistema de CPTED permite que os problemas existentes sejam resolvidos através da incorporação dos conhecimentos das FS aliado ao facto das autoridades responsáveis pelos espaços públicos terem em conta a prevenção criminal.



## Introdução

Nos Países Baixos, inspirado pelos resultados obtidos pelo “Secured by Design”, foi criado o “Police Label Secure Housing”, com uma abordagem própria, adaptada ao contexto local. O projeto foi iniciado em 1994 e foi conduzido apenas em alguns locais âmbito de estudo. Em 1998, após comprovada a eficácia do programa, foi instaurado a nível nacional. O objetivo principal deste programa prende-se com a redução da criminalidade de rua e, por conseguinte, a diminuição do sentimento de insegurança (Jongejan & Woldendorp, 2013).

Os edifícios que cumpram certos padrões são premiados com o certificado de segurança, o que significa que foram planeados, construídos ou reconstruídos aplicando os princípios da CPTED. Para este efeito, a polícia holandesa emprega especialistas na área, cuja função principal é darem pareceres sobre os requisitos de segurança que cada projeto urbanístico deve ter. Os padrões que avaliam os edifícios têm em conta tanto o ambiente físico como o social e foram construídos tendo por base os conhecimentos adquiridos pelas FS que lidam com as ocorrências criminais (Jongejan & Woldendorp, 2013).

Torna-se assim relevante analisar que impacto teria a adoção de um programa deste género em Portugal no combate à criminalidade contra o património.

Assim, o objetivo geral desta investigação é: **Determinar se a aplicação de um programa CPTED, em Portugal, como política pública de segurança seria um método eficaz na diminuição dos crimes contra o património.**

De seguida foram elaborados os objetivos específicos da investigação (OEI):

**OEI1:** Determinar de que forma podem os conhecimentos das forças de segurança contribuir para os projetos urbanísticos;

**OEI2:** Averiguar se um programa CPTED é eficaz tanto nos espaços públicos como nos privados;

**OEI3:** Analisar programas CPTED que já tenham sido aplicados com sucesso em países terceiros.

Foi então adotada a seguinte pergunta de partida: **“Pode a aplicação de um programa CPTED como política de pública de segurança reduzir a criminalidade contra o património?”**

No respeitante à metodologia de investigação, na base da elaboração do presente trabalho, foram utilizadas as Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação da Academia Militar, versadas na Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1ª (Academia Militar, 2016). No entanto, estas normas são omissas relativamente a alguns aspetos, situação na qual foram utilizadas as obras de (Sarmiento M., 2013) e de (Quivy & Campenhoudt, 2013) como complemento.

## Introdução

O trabalho é composto por três partes, divididas em sete capítulos. Numa primeira parte, constituída pelos três primeiros capítulos, é feita uma abordagem conceptual, no qual são abordadas as políticas de segurança, o conceito de CPTED e alguns casos de referência onde o último foi aplicado com sucesso. Na segunda parte, composta pelos capítulos quatro e cinco, é explicada, de forma pormenorizada, os procedimentos metodológicos adotados. Por fim, numa terceira parte, procede-se à apresentação e discussão dos resultados relativos às hipóteses e perguntas levantadas no início da investigação.

# **CAPÍTULO 1**

## **POLÍTICA DE SEGURANÇA**

### **1.1. A Administração Pública Portuguesa**

A Administração Pública (AP) pode ser definida como “o conjunto de ações e operações desenvolvidas pelos órgãos, serviços e agentes do Estado e demais organizações públicas ocupados em assegurar, em nome da coletividade, a satisfação disciplinada, regular e contínua das necessidades coletivas de segurança, cultura e bem-estar” (Caupers, 2013, p.38).

A AP é, portanto, o conjunto de órgãos e serviços criados pelo Governo com o objetivo de satisfazer as necessidades dos cidadãos e da coletividade, sendo que cada órgão e serviço tem as suas funções específicas. Sendo o cidadão um dos financiadores do Estado através da contribuição de impostos, este retribui ao cidadão através da produção e implementação de políticas públicas e de bens e serviços, com o objetivo final de o satisfazer.

Em Portugal, a AP tem vindo a sofrer um processo de modernização, por forma a conseguir acompanhar o evoluir da sociedade, da economia e da cultura. Esta modernização visa essencialmente adequar os serviços às exigências dos cidadãos.

O aumento da intervenção do Estado e da necessidade de avaliação dos programas públicos levaram a que os mesmos passassem a ser âmbito de estudo, originando o estudo das políticas públicas. Isto é, o estudo de como as decisões, ou falta delas, interferem com a vida dos cidadãos (Rocha, 2009).

### **1.2. As Políticas Públicas**

O estudo das políticas públicas foi, na década de 80, a área mais importante da AP nos Estados Unidos da América, sendo que estas políticas foram aplicadas nos mais diversos setores, tais como a habitação, educação, cultura, segurança social e saúde. O modelo de políticas públicas espalhou-se nos dez anos seguintes pelo Reino Unido, países escandinavos, Austrália e Nova Zelândia. No entanto, a Europa continental revelou maior resistência a esta inovação. Em Portugal, o ensino e investigação nesta área remonta aos finais do século XX,

tendo sido criada em 1998 a Associação Portuguesa de Administração e Políticas Públicas (Bilhim, 2016).

A construção das políticas públicas resume-se em três grandes atores. Os políticos, os grupos de interesse e os burocratas/dirigentes superiores da administração.

Uma política pública pode ser definida como “tudo aquilo que os governantes optam por fazer ou não fazer” (Dye, 1998, p.1). Estas acarretam uma decisão do Governo, entre várias alternativas, para fazer ou não fazer algo, com o objetivo de produzir um determinado resultado.

De acordo com Nagel (1980), a política pública consiste no conjunto de decisões por parte do Governo, destinadas a resolver problemas da sociedade. Já para Anderson (2011), as políticas públicas relacionam-se tanto com a ação do Governo como dos dirigentes ou funcionários públicos que lidam com determinado problema, sendo que o objetivo é responder eficientemente e em segurança a esse problema.

Pode-se, portanto, dizer que há duas grandes formas de caracterizar o processo político. A primeira, integra toda a atividade do Governo e a segunda, restringe-se às atividades que visam a resolução de problemas (Bilhim, 2016).

As políticas públicas podem, então, ser definidas num conceito mais abrangente e que concilia ambas as formas de caracterizar o processo político como “as decisões tomadas pelo governo, destinadas à resolução de problemas que afetam a sociedade ou à introdução de regras e orientações que determinam o modo de funcionamento do coletivo dos cidadãos e das instituições e atores que operam na sua esfera de atuação” (Cardim, 2009, p.135).

As políticas e programas que definem e servem de linha mestra para a vida política e social contemporânea são o resultado da interação entre grupos e organizações diferentes, onde abunda uma anarquia de opiniões e interesses (Bilhim, 2016).

As políticas públicas podem ser agrupadas em quatro grandes áreas:

- Funcional, ou seja, a área da justiça, segurança, saúde, educação, entre outras;
- Avaliação e medição dos impactos, isto é, análises de custo/benefício;
- Estudo do processo político e dos fatores que influenciam a formulação e implementação das políticas públicas;
- Eficácia dos diferentes métodos de implementação das políticas (Bilhim, 2016).

No decorrer deste trabalho assumem especial importância as políticas públicas da área funcional, onde se enquadram as PPS.

De acordo com Carvalho (2008), o processo de formulação das políticas públicas pode ser dividido em cinco etapas:

- Identificação dos problemas;
- Formulação de propostas de políticas públicas;
- Decisão/Seleção;
- Implementação da política;
- Avaliação.

De acordo com a teoria clássica, a melhor forma de fazer com que determinado interesse passe a fazer parte da agenda política, é fazer com que ele se torne num facto político controverso que justifique a intervenção do Governo (Bilhim, 2016).

### **1.3. Segurança Interna e Segurança Pública**

#### **1.3.1. Segurança Interna**

A Lei de Segurança Interna atualmente em vigor define a Segurança Interna como “a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”.

A Lei de Segurança Interna define as competências da Assembleia da República, que tem como competência fiscalizar a execução da política de segurança interna, do Governo, nomeadamente do Conselho de Ministros, a quem compete definir as suas linhas gerais e as orientações sobre a sua execução, e do Primeiro-Ministro, que é politicamente responsável pela direção da política de segurança interna.

São também definidos os órgãos do Sistema de Segurança Interna, sendo eles: o Conselho Superior de Segurança Interna, um órgão interministerial de audição e consulta em matéria de segurança interna; o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, que tem as competência de coordenação, direção, controlo e comando operacional das Forças e Serviços de Segurança (FSS); e o Gabinete Coordenador de Segurança, um órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da atividade das FSS.

No Gabinete Coordenador de Segurança têm assento os Secretários-Gerais do Sistema de Segurança Interna e do Sistema de Informações da República Portuguesa, o comandante-geral da GNR, os diretores nacionais da Polícia de Segurança Pública, da Polícia Judiciária e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e os diretores do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e do Serviço de Informações de Segurança, a Autoridade Marítima Nacional, os responsáveis pelo Sistema de Autoridade Aeronáutica e pelo Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e o diretor-geral dos Serviços Prisionais.

Para o desenvolvimento deste trabalho destaca-se uma das competências do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna: articular as instituições nacionais com as de âmbito local.

### **1.3.2. Segurança Pública**

Com a sociedade a sofrer um processo cada vez maior de globalização e de interdependência, com novos paradigmas económicos, sociais e culturais, a segurança tornou-se muito mais complexa. Aliados à globalização, vieram também novos riscos e ameaças à segurança, portanto, torna-se necessário que os Estados revejam os seus conceitos de segurança, de forma a satisfazer as necessidades da coletividade.

Até aos finais do século XX, os conceitos de Segurança Interna e de Segurança Internacional eram facilmente diferenciáveis. A Segurança Interna referia-se exclusivamente à segurança no interior dos Estados, a qual era garantida através do Direito Penal e da repressão policial. A Segurança Internacional dizia respeito apenas aos Estados e era garantida através do uso da diplomacia ou das Forças Armadas. No entanto, nos dias de hoje, estes conceitos já não são tão facilmente distinguíveis. Com a proliferação de novas ameaças transnacionais como o crime organizado, o terrorismo transnacional ou o narcotráfico, torna-se necessária a definição de novas políticas de segurança (Teixeira, 2009).

Sendo o novo conceito de segurança pública cada vez mais complexo, é necessária a participação dos cidadãos para ajudar a garanti-la. Estamos perante uma realidade em que a garantia da segurança não é uma responsabilidade exclusiva do Estado, mas também de cada cidadão, devendo o Estado procurar a sua participação e intervenção (Sarmiento C. M., 2007).

### 1.3.2.1. A Criminalidade contra o Património em Portugal

De acordo com Hirschi (1969), faz parte da natureza humana recorrer ao delito para satisfazer as próprias necessidades. Esta natureza pode, no entanto, ser inibida caso o indivíduo sinta que há um controlo social sobre ele. Deste modo, quanto mais um indivíduo estiver vinculado a um determinado grupo social, menos tendência terá para cometer um delito.

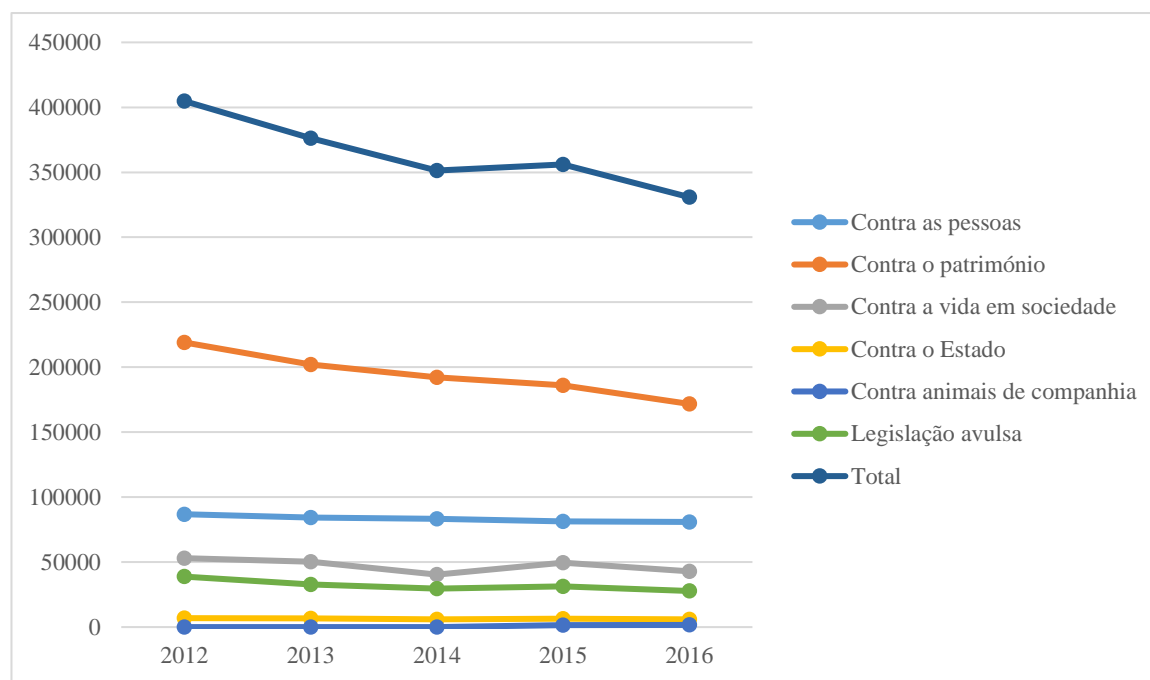


Figura 1 - Criminalidade Registada em Portugal (2012 a 2016)

Fonte: (Direção Geral da Política de Justiça, 2015)

Em Portugal, pode-se verificar que a criminalidade tem vindo a diminuir, conforme visível na Figura n.º 1. No entanto, é de realçar que o principal responsável por esta diminuição são os crimes contra o património, que representam mais de metade de toda a criminalidade<sup>1</sup>.

A criminalidade contra o património refere-se aos crimes contra a propriedade, ou seja, crimes de furto, roubo e dano, aos crimes contra o património em geral e aos crimes contra os direitos patrimoniais.

Um dos fatores que mais influencia os crimes contra o património é a falta de habilitações literárias, o que por sua vez limita as oportunidades de obtenção de emprego.

<sup>1</sup> Vide Apêndice C – Criminalidade registada em Portugal (1993 a 2016)

Deste modo, muitos indivíduos veem nos furtos e nos roubos uma alternativa. Estes indivíduos são geralmente vistos de uma forma negativa pelo resto da sociedade, pelo que se refugiam na companhia de outros infratores (Mendonça, 2012). Este grupo de indivíduos habita geralmente em zonas de elevada densidade populacional, onde é frequente a necessidade de intervenção policial. Esta intervenção torna-se especialmente difícil nestas zonas devido à forma como estes espaços são construídos, isto é, as condições urbanísticas.

Outro fator que influencia os crimes contra o património é a falta de controlo social. Desta forma, a existência de um elevado número de indivíduos por agregado familiar, a mutabilidade residencial e o anonimato estão diretamente relacionados com a criminalidade (Cusson, 2006).

A maioria das explicações para o elevado número de crimes contra o património não se baseia, no entanto, nos fatores supramencionados, mas sim na questão da oportunidade. Ou seja, aquilo que melhor explica a relação entre o indivíduo e a criminalidade contra o património não são as necessidades derivadas de uma maior privação de bens, mas sim a falta de controlo social, especialmente em contextos urbanos. Deste modo, o decréscimo no número de crimes contra o património não deve ser entendido como uma redução no número de autores mas sim como uma redução do número de oportunidades para a prática criminal (Carrol & Weaver, 1986).

### **1.4. Políticas Públicas de Segurança**

Tendo em conta o que foi referido anteriormente, as Políticas Públicas resultam daquilo que são os interesses dos cidadãos e da satisfação das suas necessidades, que muitas vezes passam pelo seu sentimento de segurança. Cabe então ao Estado escolher os meios mais adequados para garantir os interesses da sociedade, sendo estes as Políticas Públicas.

“O produtor de políticas públicas são o governo e outras autoridades públicas” (Bilhim, 2016, p.16), sendo que no caso das PPS, a autoridade responsável pela sua produção é o Sistema de Segurança Interna.

Quando falamos, então, em PPS, falamos num “conjunto, mais ou menos coerente, de decisões e de medidas tomadas pelas instâncias políticas legítimas, cujo objetivo, expressamente definido, é o de fornecer através da mobilização das instituições de segurança de regulação social e de outros parceiros públicos e privados, uma resposta efetiva às diversas formas de insegurança”, de acordo com Dieu (1999 cit, por Oliveira, 2006, p.285).



As PPS têm, então, como objetivo identificar os principais problemas de segurança que a sociedade enfrenta e devem ser implementadas de forma a prevenir os riscos e ameaças deles inerentes de se manifestarem nos cidadãos (Almeida, 2009). Isto significa que numa sociedade em constante mutação, com novas ameaças e riscos a surgirem continuamente, as PPS têm de ser constantemente alteradas ou adaptadas, de forma a dar resposta aos problemas da segurança.

Até à última alteração da Lei de Segurança Interna, em 2008, as PPS aplicadas em Portugal caracterizavam-se “em geral, pelo seu gradualismo, descontinuidade e centralidade, pela sua natureza segmentada, micro e normativa” (Oliveira, 2006, p.285) e eram “políticas de segurança efémeras e conjunturais, assentes em meras convicções de oportunidades ou em experiências alheias, nem sempre conciliáveis com o país real” (Dias, 2001, p. 98), algo que tem vindo a mudar com o novo Sistema de Segurança Interna.

Temos como exemplos de PPS elaboradas pelos XIII (de 1995 a 1999) e XIV (de 1999 a 2002) Governos Constitucionais: a modernização das FS, a implementação de programas especiais de segurança, como a escola segura ou o comércio seguro e a criação das polícias municipais (Oliveira, 2006).

A aplicação de PPS que façam face aos novos desafios da segurança é cada vez mais importante, visto que contribui “para o reforço da necessária confiança entre a sociedade civil e as polícias, que eliminem os constrangimentos que a insegurança causa à liberdade e à cidadania e que reforcem as relações de reconhecimento e mútua consideração entre as populações e as forças de segurança e seus agentes” (Lopes, 2006, p.8), no entanto, para que tal aconteça, devem ter sempre por base “o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e na medida do estritamente necessário, numa clara subordinação à legalidade democrática, que, em sentido amplo, inclui a garantia e o cumprimento das leis em geral, naquilo que diz respeito à vida da coletividade, sobretudo o direito primário das pessoas à segurança, tranquilidade e ordem pública, plano em que decisivamente se jogam vectores de realização do direito tão nucleares como a liberdade de circulação das pessoas, a sua integridade física e moral e a defesa dos seus bens” (Lopes, 2006, p. 9).

## **CAPÍTULO 2**

### **PREVENÇÃO CRIMINAL ATRAVÉS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO**

#### **2.1. Introdução**

A garantia dos direitos e liberdades fundamentais e a promoção do bem-estar e qualidade de vida do povo são tarefas fundamentais do Estado Português (Assembleia da República, 2005). Para que tal seja possível, a segurança e a tranquilidade pública são algumas das prioridades da administração do Estado. Estas prioridades advêm da necessidade de satisfazer as necessidades sociais, de estima e de realização da população, que apenas poderão ser satisfeitas caso esta se sinta segura (Maslow, 1970).

Os mais recentes conflitos, atos de violência e ataques terroristas que têm vindo a ser noticiados pelos media afetam negativamente o sentimento de segurança da população. Este problema agrava-se nas áreas urbanas densamente povoadas. As grandes áreas urbanas enfrentam um grave problema de criminalidade e, consequentemente, o sentimento de insegurança. A arquitetura urbana nas áreas residenciais resultou numa diminuição do controlo social, um fator importante na redução das ocorrências criminais (Glowacki et al. 2010).

Deste modo, é importante que as tarefas da AP incluam iniciativas para aumentar o sentimento de segurança da população e para reduzir as ameaças que diariamente afetam a qualidade de vida dos cidadãos.

“Para garantir a segurança de um Estado, as ameaças e as suas consequências, que possam prejudicar ou impedir o desenvolvimento da sociedade, devem ser prevenidas e eliminadas” (Glowacki et al. 2010). A garantia da segurança, da ordem pública e da proteção dos bens dos cidadãos são, então, algumas das obrigações da AP.

A maioria dos métodos utilizados para reduzir os comportamentos indesejáveis são frequentemente ineficazes e acarretam elevados custos financeiros. Estes passam pelo aumento das infraestruturas que permitem detetar os infratores e puni-los (Glowacki et al. 2010). Podemos, portanto, assumir que este método não é totalmente eficaz, pois para além dos custos económicos, existe um número desconhecido de ocorrências criminais que as FS nunca chegam a ter conhecimento.

Eliminar as ameaças através do planejamento urbanístico é, atualmente, uma das ferramentas base para a garantia da segurança. O conceito de CPTED baseia-se no fundamento de que o espaço físico pode criar sentimentos negativos ou positivos num potencial infrator, o que pode estimular ou reduzir a sua disposição para cometer um crime. A possibilidade de ocorrências criminais pode ser reduzida caso o espaço físico tenha sido projetado de forma a estimular os relacionamentos entre os diversos frequentadores do espaço e a aumentar a possibilidade de um crime ser detetado (Ministério da Administração Interna, 2013).

Nos últimos anos, a abordagem das FS à prevenção criminal tem vindo a alterar em muitos países europeus. É cada vez mais aceite que as FS não devem apenas reagir a incidentes que já tenham ocorrido, mas sim participar em atividades destinadas a identificar e reduzir os fatores que potenciam as ocorrências criminais (Glowacki et al. 2010).

Atualmente, a CPTED é considerada uma das ferramentas mais eficazes na prevenção criminal, no entanto, ainda não existe uma definição unanimemente aceite pela comunidade científica. Como vimos anteriormente, muitas abordagens diferentes deram origem ao estudo da segurança no planejamento urbanístico, o que fez com que de cada abordagem deriva-se uma definição diferente. Outra diferença nas diferentes abordagens à CPTED são os princípios aplicáveis.

Para o desenvolvimento deste trabalho serão utilizadas a definição e os princípios expostos em Ministério da Administração Interna (2013).

Sendo assim, “a Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED) baseia-se no princípio de que a conceção e a utilização adequada do espaço construído podem reduzir as oportunidades para comportamentos incitadores de insegurança, bem como para a redução do sentimento de segurança. O que, por sua vez, pode influenciar o aumento da qualidade de vida dos cidadãos.” (Ministério da Administração Interna, 2013, p.1)

### **2.2. A relação entre espaço e crime**

O conceito de CPTED atribui ao espaço físico uma elevada importância. As características do espaço são o principal fator na tomada de decisão de um potencial criminoso: quanto maior for a probabilidade de ser visto ou apanhado, menor será a sua preponderância para cometer o crime; quanto mais difícil for a efetivação do crime, menos provável será a sua ocorrência; e quanto menos rentável for um crime, menor será a probabilidade de este ocorrer (Canterbury City Council, 2012).

Deste modo, os ofensores escolhem, tendencialmente, lugares muito movimentados, com várias potenciais vítimas e de onde possam fugir com facilidade.

De acordo com investigações feitas pelas FS Neozelandesas, a relação entre o espaço e as ocorrências criminais pode ser definida nas seguintes situações:

- As ocorrências criminais concentram-se em certos locais;
  - Um local pode facilitar ou dificultar a prática de um crime;
  - Cada local pode transmitir sentimento de segurança ou sentimento de insegurança aos seus residentes;
  - Cada local pode transmitir sentimento de segurança ou sentimento de insegurança ao ofensor;
  - Um local pode transmitir, ou não, um sentimento de pertença aos seus residentes.
- (CCC, 2012)

### **2.3. A Prevenção Criminal Através do Espaço Construído de 1º Geração**

A década de 60 marcou o início da investigação científica ao espaço físico e à sua relação com as ocorrências criminais quando Elizabeth Wood se confrontou com o problema de prevenir o vandalismo nas áreas residenciais de Chicago. Como resposta a este problema, a autora escreveu um guia sobre como melhorar as condições de segurança das áreas urbanas, sendo o seu principal objetivo criar condições para que os infratores fossem detetados. Apesar de as suas ideias nunca terem sido aplicadas em larga escala, é considerada a pioneira do conceito de CPTED (Glowacki et al. 2010).

As investigações de Jane Jacobs, em 1961, deram continuidade ao estudo desta temática. De acordo com a autora, os princípios aplicados no planeamento urbanístico diminuam o controlo social. A reduzida visibilidade daí decorrente permitia que os ofensores atuassem sem preocupações. Jacobs definiu, então, três princípios para o planeamento de cidades seguras: a diferenciação clara entre espaços públicos e espaços privados, a criação de espaços com finalidades delimitadas, para que estes não sejam utilizados para outros fins e o aumento do tráfego de pedestres (Jacobs, 1992).

O termo CPTED foi introduzido pela primeira vez por Jeffery. A teoria introduzida pelo autor defendia que o espaço físico pode transmitir emoções positivas ou negativas num potencial ofensor, que podem estimular ou reduzir a sua preponderância para a prática do

crime. Deste modo, se as emoções negativas transmitidas pelos espaços fossem eliminadas, as ocorrências criminais iriam diminuir (Jeffery, 1971).

Paralelamente à teoria de Jeffery, Oscar Newman, arquiteto, conduziu uma série de experiências com o objetivo de estabelecer a relação entre o espaço físico e a criminalidade. Com os resultados dessas experiências, Newman delineou um guia sobre como criar espaços físicos mais seguros. Para o autor, um espaço, para ser seguro, deve obedecer a dois princípios. Em primeiro lugar, permitir aos seus residentes que observem e sejam observados e, em segundo lugar, os residentes devem-se sentir na obrigação de participar a criminalidade que observem. A teoria de Newman baseia-se, então, no sentimento de pertença que os cidadãos devem ter em relação aos espaços, para que os defendam e zelem por eles. (Newman, 1972).

A CPTED de 1ª Geração utiliza princípios como o reforço territorial, a vigilância, a manutenção e gestão e o controlo de acessos. O reforço territorial e o controlo de acessos visam a definição clara de limites e fronteiras entre os espaços. A vigilância tem como objetivo tornar os ofensores visíveis para o máximo número de pessoas possível. A vigilância resulta da criação de campos de visão alargados num determinado espaço. A manutenção e gestão de um espaço fazem com que os residentes adquiram um maior sentimento de pertença em relação aos espaços que frequentam, o que por sua vez pode reduzir o sentimento de insegurança. Isto significa que zonas urbanas isoladas e com uma baixa densidade populacional são mais propensas à ocorrência de atos criminosos, o que por sua vez gera sentimento de insegurança nos que aí residem (United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute; Massachusetts Institute of Technology, 2011).

Esta estratégia define, assim, os comportamentos aceitáveis de utilização de cada espaço e foca-se na imposição desses comportamentos através da utilização do espaço físico e da clara delimitação entre espaços públicos, semipúblicos e privados, aliado a campos de visão adequados, que promovam a vigilância e o controlo social.

Apesar de esta geração de CPTED ter alcançado resultados extraordinários no âmbito da prevenção criminal, também tem alguns defeitos e limitações.

Em primeiro lugar, os chamados ofensores “irracionais”, isto é, indivíduos sob o efeito de álcool ou substâncias psicotrópicas, são potencialmente menos propensos a serem influenciados pelo espaço físico. Em segundo lugar, locais com dinâmicas socioeconómicas negativas também podem limitar a eficácia da CPTED. As condições sociais podem gerar sentimento de insegurança, resultando numa diminuída vontade de agir. Consequentemente, os residentes refugiam-se em casa, onde se sentem em segurança (United Nations

Interregional Crime and Justice Research Institute; Massachusetts Institute of Technology, 2011).

Por outro lado, princípios como o controlo de acessos ou a vigilância também podem ser utilizados pelos ofensores para criarem zonas seguras para as suas práticas. Para além do mais, a implementação destes princípios pode simplesmente fazer com que o crime mude de localização, em vez de fazer com que ele cesse.

### **2.3.1. Princípios da Prevenção Criminal Através do Espaço Construído**

De acordo com o Ministério da Administração Interna (2013), existem quatro princípios que, quando aplicados sinergicamente, permitem lidar com as questões de segurança dos espaços físicos. Estes princípios são a vigilância natural, o controlo natural de acessos, o reforço territorial e a manutenção e gestão (Ministério da Administração Interna, 2013).

#### **2.3.1.1. Vigilância natural**

Quando se fala em vigilância, esta pode ser entendida como a supervisão, o controlo ou a observação. “A ideia de que os delinquentes não querem ser observados é uma premissa fundamental” (Ministério da Administração Interna, 2013, p.2).

A vigilância faz, então, com que os delinquentes sintam um aumento do risco de serem apanhados ao cometerem um crime (Ministério da Administração Interna, 2013). A vigilância pode, portanto, desencorajar potenciais ofensores de efetivarem uma prática criminosa. Regra geral, os ofensores sentem-se intimidados e cessam as suas práticas em locais que estejam bem supervisionados. (Glowacki et al. 2010).

A vigilância natural pode ser conseguida através da intensidade da utilização dos espaços pelos cidadãos ou através do melhoramento do campo de visão a partir das infraestruturas, através do recurso a materiais transparentes, de uma boa iluminação ou da diminuição das obstruções visuais (Ministério da Administração Interna, 2013).

A vigilância pode ainda ser classificada em formal ou informal. A vigilância formal é geralmente atribuída à exercida pelas autoridades ou pelas FS. A vigilância informal é aquela exercida por todos os cidadãos, sendo que, por vezes, esta segurança pode, isoladamente, prevenir a ocorrência de um crime. (Glowacki et al. 2010)

### **2.3.1.2. Controlo natural de acessos**

O controlo natural de acessos baseia-se na disposição de elementos que informam os cidadãos relativamente à legitimidade da sua presença num determinado espaço (Ministério da Administração Interna, 2013). Isto é, a utilização de arbustos, vegetação, vedações ou outros elementos físicos pode limitar o acesso de pessoas não autorizadas a determinados locais (Glowacki et al. 2010). Este tipo de divisões pode reduzir a oportunidade de os ofensores cometerem um crime.

Este princípio visa, então, criar condições que permitam identificar pessoas estranhas a determinado local através de uma correta disposição dos edifícios e dos elementos físicos. Cada espaço físico deve ter uma finalidade atribuída, de forma a que seja difícil um potencial ofensor justificar a sua presença no local sem que levante suspeitas. (Glowacki et al. 2010)

### **2.3.1.3. Reforço Territorial**

O princípio do reforço territorial parte do pressuposto de que os cidadãos tendem a proteger os espaços que lhes pertencem e de que respeitam as fronteiras. Estas fronteiras consistem em delimitações claras entre o espaço público e privado, através de barreiras como cercas, muros ou diferentes pavimentos. Quando esta delimitação está bem demarcada, fica facilitada a identificação de intrusos nesses espaços (Ministério da Administração Interna, 2013).

Os cidadãos mostram-se dispostos a proteger não apenas o espaço que lhes pertence, como também aquele que, apesar de não lhes pertencer, sobre ele exercem algum controlo. É possível identificar, então, três tipos de território: o primário, o secundário e o público. O território primário é aquele sobre o qual o seu dono exerce total controlo – o seu domicílio, por exemplo. O território secundário é aquele sobre o qual um indivíduo exerce algum controlo, mas não total. Neste tipo de território muitos indivíduos podem controlá-lo ao mesmo tempo – uma sala de aula, por exemplo. Por fim, o território público, é aquele sobre o qual os cidadãos não exercem qualquer controlo – um jardim público, por exemplo (Glowacki et al. 2010).

O reforço territorial é alcançado quando os utilizadores de determinado espaço estabelecem com ele um sentimento de pertença e vontade de o proteger. Um espaço bem delimitado, transparente e claramente definido irá, portanto, desencorajar um potencial ofensor de cometer um ato ilícito.

#### **2.3.1.4. Manutenção e Gestão**

O princípio da manutenção e gestão relaciona-se intimamente com o do reforço territorial, sendo considerado como um só por vários autores.

De acordo com este princípio, a manutenção e a imagem de um espaço pode influenciar significativamente as atividades que nele são desenvolvidas. (Ministério da Administração Interna, 2013). Um espaço devidamente iluminado, limpo e organizado demonstra que existe controlo e preocupação com aquele local, enquanto que espaços mal iluminados e com sinais de vandalismo demonstram a sua falta (Glowacki et al. 2010).

Como referido anteriormente, caso um cidadão estabeleça com um espaço um sentimento de pertença, então, terá vontade de o proteger. Isto é, manter o espaço em boas condições de utilização.

Espaços bem planeados e com uma manutenção adequada contribuem, deste modo, para que os cidadãos sintam um sentimento de segurança. No entanto, quando os espaços são negligenciados, seja no planeamento ou na manutenção, podem criar um sentimento de insegurança (Glowacki et al. 2010).

#### **2.3.2. Teoria das janelas partidas**

A teoria das janelas partidas pode ser entendida como uma teoria que descreve a relação entre as estruturas urbanas e o crime e teve como origem uma experiência levada a cabo por Philip Zimbardo, um psicólogo norte-americano.

A sua experiência, feita em 1969, consistiu em adquirir dois carros semelhantes, ambos sem chapas de matrícula e abandoná-los. Um em Bronx, uma cidade com uma elevada taxa de criminalidade, e o outro em Palo Alto, uma cidade onde é raro ocorrerem fenómenos de vandalismo. Em poucos minutos, o carro abandonado em Bronx começou a ser vandalizado e, em menos de 24 horas, todas as peças do carro que pudessem ter algum valor tinham sido furtadas. Enquanto isso, o carro abandonado em Palo Alto permaneceu inalterado durante uma semana. Ao fim de uma semana, Zimbardo partiu deliberadamente uma das janelas do carro, o que fez com que este também fosse vandalizado nas horas seguintes (Wilson & Kelling, 1982).

Esta experiência permite-nos verificar a importância do princípio da manutenção e gestão. Violência gera violência e se um espaço não for devidamente mantido, pode atrair potenciais ofensores por eles sentirem que o espaço não é vigiado. A tolerância de



comportamentos abusivos pode contribuir para o escalar da criminalidade num determinado espaço.

### **2.4. A Prevenção Criminal Através do Espaço Construído de 2º Geração**

Enquanto que a 1ª Geração se focava apenas no espaço físico para reduzir a criminalidade, a 2ª Geração vai além do mero design urbano e passa a incluir as condições socioeconómicas das comunidades no seu estudo. Para este efeito, a CPTED oferece não só planeamento urbano, mas também social como ferramentas para criar comunidades socialmente equilibradas (Carter, 2001).

A 2ª Geração engloba, portanto, todo o contexto do crime, ou seja, os sociais, culturais e políticos e não só o da localização, ao contrário do que acontecia anteriormente. Um exemplo desta evolução pode ser vista no princípio da Vigilância. Este princípio deixa de ser aplicado apenas através da criação de campos de visão e passa a incluir atividades que promovam a utilização dos espaços pelos cidadãos por forma a aumentar a vigilância (Saville & Cleveland, 2003).

Para esta geração de CPTED, a medida mais importante é a criação de “comunidades sustentáveis”, analisando todas as questões de forma holística e, especialmente, atraindo a população local. Para tal, a primeira tarefa será criar e reforçar o sentimento de pertença a uma comunidade, através de uma rede de relacionamentos pessoais, grupos, tradições e padrões de comportamento entre aqueles que compartilham os espaços físicos (Cozens, 2002).

O que move a 2ª Geração da CPTED é o facto de que a criação destas redes é vital para a sua sustentabilidade. Para este efeito, apoia-se em instituições como fóruns comunitários, associações de gestão de comunidades e outras organizações que promovam a vida em sociedade (Cozens, 2002).

Com esta geração de CPTED, foi possível alargar o seu potencial ao contexto específico de cada comunidade, promovendo as potencialidades de cada uma para a redução dos motivos para a prática de atos ilícitos.

## **CAPÍTULO 3**

### **APLICAÇÕES DA PREVENÇÃO CRIMINAL ATRAVÉS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO**

#### **3.1. O caso do Reino Unido**

Quando se aborda a temática da CPTED, falar da experiência britânica é uma obrigação. O Reino Unido é um exemplo de um país que conseguiu aplicar um programa de CPTED composto por entidades especializadas e por um sistema legal rigoroso aplicado ao planeamento dos espaços.

Este programa é dirigido pela Association of Chief Police Officers Crime Prevention Initiatives, uma organização sem fins lucrativos criada em 1999 com a finalidade de gerir o Secured by Design, o programa de CPTED britânico. Apesar de ser um programa implementado a nível nacional através do Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro, este é aplicado a nível local através de Consultores para o Design de Prevenção Criminal e dos Oficiais de ligação de Arquitetura (polícias especializados na CPTED) (ODPM, 2004).

O processo de construção no Reino Unido está sujeito a um controlo rigoroso, de forma a garantir um nível adequado de segurança. Este controlo é feito essencialmente ao nível do planeamento e do seu contributo para a prevenção criminal. Deste modo, cada fase do planeamento dos espaços é sujeita a um controlo, por forma a garantir um desenvolvimento sustentável ao nível da segurança (ODPM, 2004).

No caso das obras públicas, este controlo é feito desde a fase de pré-candidatura. As entidades que se estejam a candidatar para a permissão de planeamento devem reunir-se com a entidade que esteja a encomendar a obra. Esta reunião tem como objetivo debater todos os potenciais conflitos que possam haver entre a concretização da obra e os problemas de segurança que possam surgir. Os candidatos são também encaminhados para falar com a comunidade e com as FS locais, que lhes darão informações sobre os problemas de segurança mais comuns na localidade e sobre a comunidade que aí reside (ODPM, 2004).

Na fase seguinte, a fase de candidatura, os candidatos devem apresentar as medidas de prevenção criminal que adotaram. Caso, no decurso desta fase, os candidatos apresentem candidaturas que possam afetar negativamente a prevenção criminal, aumentar o sentimento

de insegurança ou aumentar a probabilidade de ocorrência de um crime, as candidaturas são rejeitadas. Sempre que o planeamento for relativo a uma área sensível, os Oficiais de ligação de Arquitetura podem impor condições especiais ao planeamento para reduzirem a probabilidade de ocorrências criminais (ODPM, 2004).

O programa de CPTED supramencionado é eficaz na resolução de problemas de segurança, uma vez que inclui o conhecimento das FS e dos seus especialistas (Oficiais de ligação de Arquitetura) nos planeamentos urbanísticos.

### **3.1.1. A cidade de Newcastle**

Na década de 90, a cidade de Newcastle enfrentava diversos problemas com a criminalidade e com comportamentos antissociais, como um elevado número de sem abrigos e danos contra o património. Para dar resposta a este fenómeno crescente, foram tomadas medidas de CPTED em 1996. Estas medidas consistiram na restauração das fachadas dos edifícios, passeios e estradas, na melhoria da iluminação, na limpeza das ruas e espaços públicos e na melhoria da manutenção e gestão dos espaços. Como resultado desta pequena iniciativa, as ocorrências criminais diminuíram em 25%. A tipologia de crimes que mais diminuiu foram os crimes contra o património, sendo que o crime de roubo diminuiu em 48%, os furtos a lojas em 23% e os assaltos a estabelecimentos comerciais em 19% (ODPM, 2004).

### **3.1.2. A cidade de Gravesend**

As medidas de CPTED, nesta cidade, foram implementadas em 1983. O elevado número de casas abandonadas e de edifícios comerciais vazios resultou num aumento da taxa de criminalidade súbito e crescentes atos de vandalismo. Como forma de resposta a este fenómeno, as casas abandonadas foram restauradas, os sítios onde era mais frequentemente haver atos ilícitos foram revistos do ponto de vista da segurança e foram criadas medidas para atrair comerciantes para a cidade. Os resultados observáveis da aplicação destas medidas foram uma diminuição de 19% dos furtos em lojas e de 8% dos crimes de dano. É, também, de notar que o reforço territorial dos cidadãos aumentou significativamente, verificando-se uma total ausência de detritos e lixo nos espaços públicos (ODPM, 2004).

### **3.1.3. A cidade de Stroud**

Antes da implementação das medidas de CPTED, esta cidade enfrentava problemas relacionados com estupefacientes, furtos em lojas e um elevado número de sem abrigos. As medidas tomadas visaram principalmente a melhoria da iluminação, a limpeza dos espaços públicos e a criação de atrações sociais no centro da cidade para aumentar o movimento de transeuntes. Estas medidas, aplicadas em 1997, resultaram numa diminuição em 50% do crime de roubo e em 25% dos furtos em lojas (ODPM, 2004).

### **3.2. O caso dos Países Baixos**

A segurança no planeamento urbanístico, nos Países Baixos, remonta a 1989, quando o projeto Secured by Design do Reino Unido foi tornado público. Inspirando-se neste programa, a polícia holandesa criou a sua própria abordagem à CPTED, adaptada às condições locais, denominando-a de Police Label Secure Housing (Glowacki et al. 2010).

Este projeto teve início em 1994, sob coordenação do Ministro da Administração Interna e do Ministro da Justiça, e foi conduzido inicialmente em locais pré-selecionados. Graças aos bons resultados alcançados por esta experiência inicial, entre 1996 e 1997, o projeto alargou-se para todas as Zonas de Ação da polícia holandesa. Em 1998 foi implementado a nível nacional e tornou-se numa política pública de segurança coordenada pelo Governo (Jongejan & Woldendorp, 2013).

Os objetivos principais do Police Label Secure Housing incluem a redução tanto da criminalidade, nomeadamente do roubo, furto e dano, como do sentimento de insegurança através do planeamento urbanístico (Jongejan & Woldendorp, 2013).

Através deste programa, as instalações podem ser premiadas com um certificado de segurança. Este certificado garante que o edifício foi planeado, contruído ou remodelado fazendo uso dos conhecimentos de CPTED, o que reduz a probabilidade da ocorrência de crimes. Para tal, a polícia holandesa utiliza Oficiais de ligação de Arquitetura. Os certificados de segurança não confirmam apenas a segurança nos edifícios e nas habitações, mas também indicam a possibilidade de uma vizinhança segura. Os certificados de segurança não se cingem apenas às habitações. Em condições específicas podem ser atribuídos a locais. Para tal, é necessário que todas as habitações desse local e que os espaços públicos cumpram os requisitos básicos de segurança (Glowacki et al. 2010).

De acordo com Nauta (2004), o risco das habitações serem alvo de furto ou roubo reduziu significativamente: 95% para novas habitações e 80% para habitações já existentes sujeitas a remodelações. O crime de dano também reduziu substancialmente.

Em 1998 foi efetuado um estudo naquela que viria a ser a primeira área certificada pelo Police Label Secure Housing. Este estudo demonstrou que 90% dos residentes estavam satisfeitos com as alterações que haviam sido feitas e que efetivamente se sentiam mais seguros. Uma percentagem ainda superior de inquiridos referiu outras vantagens para além da segurança, que incluíam o aumento da qualidade de vida e o valor do seu património. O estudo analisou ainda duas regiões, com cerca de 30 mil habitações certificadas cada uma. Nestas duas regiões alvo de estudo, a ocorrência de assaltos a habitações reduziu de uma média de 600 para aproximadamente 30 anualmente (Jongejan & Woldendorp, 2013).

## **CAPÍTULO 4**

### **METODOLOGIA**

#### **4.1. Método da Abordagem**

A presente investigação insere-se no Relatório Científico Final do mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança. Estando este trabalho sujeito a um “tipo de investigação que tem como objetivo descobrir dados empíricos para testar hipóteses feitas de uma teoria que pode, em princípio, ter aplicações práticas no médio prazo” (Sousa & Baptista, 2011, p.9), podemos afirmar que é um trabalho de natureza de investigação aplicada.

A metodologia adotada neste tipo de trabalhos é fulcral para que se consiga cumprir o objetivo da investigação. Quando iniciamos uma investigação científica, ficamos com a ideia de que vamos “produzir um conhecimento científico, quando, na verdade, é muito difícil, mesmo para um investigador profissional e com experiência, produzir conhecimento verdadeiramente novo” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.19). No entanto, aquilo que realmente se ganha com uma investigação deste âmbito é “compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto da situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.19)

Desta forma, o método científico, definido como “um conjunto de regras básicas que visam obter novo conhecimento científico” (Sarmiento M., 2013, p.4), é essencial para o decorrer de toda a investigação. No entanto, o método utilizado deve ser selecionado consoante a área científica em questão. Isto é, para diferentes áreas da ciência, existem diferentes objetos e procedimentos (Sarmiento M. , 2013).

No decorrer desta investigação foi utilizado o método hipotético-dedutivo ou de verificação de hipóteses, proposto por Karl Popper. Este método baseia-se na formulação de hipóteses para posterior tentativa de refutação. De forma a dar resposta às perguntas de partida e derivadas pode ser utilizado mais do que um método (Sarmiento M. , 2013). Assim, foram utilizados também o método inquisitivo, visto que se procedeu à realização de entrevistas

## 4.2. Modelo de Análise

É através da pergunta de partida que “o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.32). Foi, então, adotada a seguinte pergunta de partida: **“Pode a aplicação de um programa CPTED como política pública de segurança reduzir a criminalidade contra o património?”**

Para conseguir dar uma resposta de qualidade a esta pergunta, foram ainda formuladas as seguintes perguntas derivadas:

**PD1:** “Em que medida podem os conhecimentos das forças de segurança ser integrados nos projetos urbanísticos?”

**PD2:** “Poderá este programa ser útil tanto a nível dos espaços públicos como dos espaços privados?”

**PD3:** “Pode um programa CPTED ser aplicado com sucesso a nível nacional?”

Na sequência da pergunta de partida a perguntas derivadas, foram elaboradas possibilidades de resposta, em forma de hipóteses. As hipóteses são “preposições conjeturasais ou suposições que constituem respostas possíveis às questões de investigação” (Sarmiento, 2013, p.13). Apresentam-se assim as seguintes hipóteses:

**H1:** “As forças de segurança são a entidade com mais conhecimento sobre o fenómeno criminal e a sua colaboração é essencial.”

**H2:** “O CPTED é uma ferramenta eficaz tanto nos espaços públicos como nos privados.”

**H3:** “É possível aplicar um programa CPTED a nível nacional.”

## **CAPÍTULO 5**

### **MÉTODOS E MATERIAIS**

#### **5.1. Contexto de Observação**

Nesta investigação, os dados utilizados na análise documental, em suporte físico, foram recolhidos nas Bibliotecas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa (UL), na Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, na Biblioteca da Escola da Guarda e na Biblioteca da Academia Militar. De forma complementar, foram utilizados documentos em suporte informático disponíveis em plataformas eletrónicas académicas como a EBSCO ou o Colégio Europeu de Polícia.

As entrevistas presenciais decorreram entre os dias 18 de abril e 27 de abril, no IGOT, na FCSH e no Sistema de Segurança Interna.

#### **5.2. Métodos e técnicas de recolha de dados**

Para a realização deste estudo foram utilizadas as técnicas de análise documental e de inquérito por entrevista para efetuar a recolha dos dados.

A análise documental foi necessária para completar a investigação após uma exploração bibliográfica inicial às várias fontes utilizadas. Esta técnica permite focar nas informações mais adequadas à prossecução dos objetivos da investigação (Quivy & Campenhoudt, 2013).

O inquérito por entrevista foi a principal técnica de recolha de dados utilizada, uma vez que “permite explorar um domínio e aprofundar o seu conhecimento através da inquirição pessoal a um ou mais indivíduos” (Sarmento M. , 2013, p.28). Esta técnica permite extrair as “expressões corporais, faciais, tempo de resposta, ritmo das respostas (lento, normal ou rápido), indecisões, nervosismo, emoção, confiança e dúvida” (Sarmento M. , 2013, p.31). Como tal, o conteúdo extraído é muito mais rico em informação.



Foram realizados seis inquéritos por entrevista entre os dias 18 de abril e 27 de abril, com recurso a gravação de áudio<sup>2</sup>, a especialistas das áreas das políticas públicas e do planeamento urbanístico (ordenamento do território).

As entrevistas foram conduzidas preferencialmente de forma presencial, por ser mais rica que as restantes, e individual, por serem dirigidas a apenas uma pessoa (Sarmento M. , 2013). Quanto à condução da entrevista, esta pode ser estruturada, semiestruturada ou não estruturada. Nesta investigação optou-se pela entrevista semiestruturada, sendo que esta é “a mais utilizada em investigação social” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.192), uma vez que “o investigador dispõe de uma série de perguntas-guia, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação por parte do entrevistado” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.192).

Para tal, foi elaborado um guião de entrevista<sup>3</sup>, com base nas questões de partida e derivadas, contendo perguntas de resposta aberta de modo a facilitar a resposta por parte dos entrevistados. Tanto o guião da entrevista como uma carta de apresentação<sup>4</sup> foram enviados com antecedência a todos os entrevistados para que pudessem da melhor forma preparar a entrevista.

### 5.3. Procedimentos de Amostragem

A população<sup>5</sup> de estudo relevante para esta investigação consiste em todos os especialistas e profissionais no âmbito das políticas públicas e do planeamento urbanístico em Portugal.

Para a seleção da amostra<sup>6</sup> optou-se pela abordagem não probabilística de amostragem intencional, uma vez que foram “deliberadamente escolhidos certos elementos da população para pertencerem à amostra, por serem mais representativos da população” (Sarmento M. , 2013, p.84).

Assim, é apresentada a amostra, de acordo com os critérios supracitados, no Apêndice D – Caracterização dos Entrevistados.

---

<sup>2</sup> As gravações áudio das entrevistas encontram-se anexadas em suporte digital (CD)

<sup>3</sup> Vide o Apêndice B – Guião de Entrevista

<sup>4</sup> Vide o Apêndice A – Carta de Apresentação

<sup>5</sup> “População é o conjunto de indivíduos (pessoas, objetos, empresas, equipamentos, entre outros) com uma ou mais características comuns, que se pretende analisar ou inferir” (Sarmento M. , 2013, p.71)

<sup>6</sup> “Amostra é um subconjunto não vazio dos indivíduos pertencentes a uma população (...) é representativa quando contém proporcionalmente todas as características qualitativas e quantitativas da população” (Sarmento M. , 2013, p.75)

#### 5.4. Técnicas de tratamento de análise de dados

A escolha de um método de recolha de dados influencia diretamente o método de análise de conteúdo a utilizar (Quivy & Campenhoudt, 2013).

A análise de conteúdo, de acordo com Sarmiento M. (2013, p. 47), pode ser definida como a “metodologia utilizada nos estudos de conteúdo da comunicação, que analisa numericamente a frequência da ocorrência de determinados termos, conceitos ou palavras, agregando-as em categorias”. Este processo permite que sejam identificados, em cada resposta, os segmentos em comum e os segmentos diferentes, identificando aquilo que os entrevistados mais valorizam (Sarmiento M. , 2013).

De acordo com Quivy & Campenhoudt (2013, p.195), “o método das entrevistas está sempre associado a um método de análise de conteúdo”, pelo que no decorrer das entrevistas se procurou recolher o “máximo possível de elementos de informação e reflexão” (Quivy & Campenhoudt (2013, p.195) de forma a alcançar os objetivos da investigação.

A análise dos inquéritos por entrevista iniciou-se através da transcrição<sup>7</sup> e da leitura profunda das entrevistas. A última foi composta por dois momentos. Inicialmente foi efetuada a leitura vertical<sup>8</sup> e posteriormente foi efetuada a leitura horizontal<sup>9</sup>. Visto que a entrevista é composta por questões abertas, optou-se por seguir a metodologia apresentada por Sarmiento M. (2013)

Em primeiro lugar, procedeu-se à identificação das unidades de registo, isto é, fragmentos de conteúdo que exprimem um conceito-chave. A estas, foram associadas unidades de contexto, ou seja, segmentos de texto das entrevistas que contenham as unidades de registo. A estas unidades foi atribuída uma codificação alfanumérica e cromática<sup>10</sup>.

Completado este passo, foi possível criar as matrizes de unidade de conteúdo e registo por questão e de análise de conteúdo por questão.

Por fim, procedeu-se ao cálculo da frequência com que cada unidade de registo (UR) foi repetida através da unidade de enumeração (UE), que “são aritméticas e contam o número de vezes que se repete a UR (as frases) numa entrevista e/ou várias” (Sarmiento M. , 2013, p.54).

---

<sup>7</sup> Vide Apêndice F – Transcrição das Entrevistas

<sup>8</sup> A leitura vertical “consiste na leitura de todas as entrevistas (textos) que irão ser analisadas (...) de modo a identificar o sistema de categorias a usar no tratamento.” (Sarmiento M. , 2013, p.52)

<sup>9</sup> A leitura horizontal “consiste na leitura da resposta à primeira pergunta em todas as entrevistas e, assim sucessivamente, uma vez que o investigador pretende codificar as respostas, ou seja, evidenciar, classificar, agregar e categorizar as respostas” (Sarmiento M. , 2013, p.52)

<sup>10</sup> Vide Apêndice E – Análise das Entrevistas

## CAPÍTULO 6

### RESULTADOS

#### 6.1. Introdução

No presente capítulo são apresentados e analisados, questão a questão, os resultados obtidos através dos inquéritos por entrevista aplicados. No final do capítulo é apresentada uma síntese conclusiva dos principais resultados apurados.

#### 6.2. Análise das entrevistas

*Quadro 1 - Análise qualitativa e quantitativa das entrevistas*

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados						UE	%	
			E1	E2	E3	E4	E5	E6			
<b>Questão n.º 8</b> Tendo em conta a realidade portuguesa, considera que as políticas públicas de segurança são importantes para que os cidadãos se sintam em segurança?											
Importância das políticas públicas de segurança	Importante	8.A.1.	X	X	X	X	X	X	6	(6/6) 100%	
	Principal forma	8.A.2.		X	X	X		X	4	(4/6) 66%	
<b>Questão n.º 9</b> De que forma poderia uma política pública de segurança, onde fosse implementado um programa CPTED, auxiliar na redução da criminalidade contra o património?											
Forma de redução da criminalidade contra o património	Dissuasão	9.A.1.	X	X		X	X	X	5	(5/6) 83%	
	Uso devido dos espaços	9.A.2.		X	X				2	(2/6) 33%	
	Através de medidas complementares	9.A.3.				X		X	2	(2/6) 33%	
<b>Questão n.º 10</b> Que outras vantagens teria esta implementação?											
Contributos do CPTED	Otimização da atividade operacional das Forças e Serviços de Segurança	10.A.1.	X						1	(1/6) 17%	
	Atratividade dos espaços	10.A.2.		X	X	X			3	(3/6) 50%	
	Valor do património	10.A.3.			X				1	(1/6) 17%	

## Capítulo 6 – Resultados

	Sentimento de segurança	10.A.4.		X	X	X	X	X	5	(5/6) 83%
	Aumento do turismo	10.A.5.		X		X			2	(2/6) 33%
<b>Questão n.º 11</b> De que forma seria possível implementar um programa destes a nível nacional?										
Método de implementação	Testes controlados	11.A.1.	X	X					2	(2/6) 33%
	Formação	11.A.2.		X	X	X	X		4	(4/6) 66%
	Políticas Públicas	11.A.3.			X	X		X	3	(3/6) 50%
<b>Questão n.º 12</b> Em que áreas e tipologia de espaços seria mais vantajoso aplicar este programa?										
Áreas de implementação	Autarquias com disponibilidade financeira	12.A.1.	X						1	(1/6) 17%
	Centros urbanos	12.A.2.	X	X	X	X			4	(4/6) 66%
	Áreas isoladas	12.A.3.	X						1	(1/6) 17%
	Áreas com maiores taxas de criminalidade	12.A.4.		X	X	X	X	X	5	(5/6) 83%
	Espaços públicos	12.A.5.	X	X	X	X	X	X	6	(6/6) 100%
	Espaços privados	12.A.6.	X	X	X		X	X	5	(5/6) 83%
<b>Questão n.º 13</b> Quais seriam as principais dificuldades na implementação deste programa?										
Dificuldades de implementação	Questões orçamentais	13.A.1.	X	X	X				3	(3/6) 50%
	Oposição dos cidadãos	13.A.2.		X		X	X	X	4	(4/6) 66%
	Sensibilização dos atores políticos	13.A.3.			X			X	2	(2/6) 33%
<b>Questão n.º 14</b> Considera que a participação das Forças e Serviços de Segurança é essencial? De que forma poderiam tomar parte deste programa?										
Contributo das Forças e Serviços de Segurança	Essencial	14.A.1	X	X	X	X	X	X	6	(6/6) 100%
	Consulta	14.A.2.	X	X				X	3	(3/6) 50%
	Medidas ativas complementares	14.A.3.	X			X			2	(2/6) 33%
	Criação de equipas multidisciplinares	14.A.4.			X	X	X		3	(3/6) 50%

Fonte: Adaptado de (Sarmiento M. , 2013)

## Capítulo 6 – Resultados

Quadro 2 - Análise de conteúdo à questão n.º 8

<b>Questão n.º 8</b> Tendo em conta a realidade portuguesa, considera que as políticas públicas de segurança são importantes para que os cidadãos se sintam em segurança?		
Entrevistado	UR	Unidade de Contexto
E1	8.A.1.	“Tudo quanto sejam políticas (...) que transmitem um sentimento de segurança ao cidadão <b>são bastante importantes</b> ”
E2	8.A.1.	“ <b>Sim, sem dúvida. Obviamente. Hoje mais do que nunca.</b> ”
	8.A.2.	“ <b>Diria mesmo que o principal mecanismo para o fazer é através das políticas públicas de segurança.</b> ”
E3	8.A.1.	“ <b>Sim, considero que sim, aliás, poderei dizer mesmo que é através das políticas públicas que alguém pode ter um sentimento de segurança. Acho que tomar boas políticas ou adotar boas políticas é imprescindível para que o cidadão se sinta seguro...</b> ”
	8.A.2.	“ <b>...a base política é o principal.</b> ”
E4	8.A.1.	“ <b>...a política pública dedicada às questões da segurança é quase uma obrigação nas sociedades ocidentais contemporâneas. É valorizada e é importante. Sem segurança as coisas complicam-se muito.</b> ”
	8.A.2.	“ <b>...a política pública (...) É absolutamente fundamental</b> ”
E5	8.A.1.	“ <b>Sim (...) de forma a criar perceções e mitigar os tipos de espaços onde se verificam maiores índices de criminalidade</b> ”
E6	8.A.1.	“ <b>As políticas públicas de segurança são obviamente essenciais para que os cidadãos se sintam em segurança (...) e para contribuir para um clima intenso de segurança.</b> ”
	8.A.2.	“ <b>...as políticas públicas de segurança são essenciais.</b> ”

Fonte: Elaboração própria

No que respeita à questão n.º 8: “**Tendo em conta a realidade portuguesa, considera que as políticas públicas de segurança são importantes para que os cidadãos se sintam em segurança?**”, as respostas são unânimes, pois todos os entrevistados consideram que as PPS são importantes para fomentar o sentimento de segurança, sendo que quatro dos entrevistados consideram ainda que estas são a principal forma de o conseguir.

De acordo com o E5, “a política pública dedicada às questões da segurança é quase uma obrigação nas sociedades ocidentais contemporâneas”, é “uma das características que as diferencia”. Complementando com o referido pelo E6, o sentimento de segurança “depende em grande medida da segurança pública e não da segurança privada e de instrumentos de segurança privada. Portanto, desse ponto de vista as PPS são essenciais”.

Quadro 3 - Análise de conteúdo à questão n.º 9

<p><b>Questão n.º 9</b> De que forma poderia uma política pública de segurança, onde fosse implementado um programa CPTED, auxiliar na redução na criminalidade contra o património?</p>		
Entrevistado	UR	Unidade de Contexto
E1	9.A.1.	“... algumas alterações que sejam feitas ao ordenamento do território (...) são importantes porque acabam por ter ali uma forma de <b>dissuasão de qualquer prática de ilícito criminal.</b> ”
E2	9.A.1.	“... <b>basta estar ali aquele dispositivo para as pessoas mudarem o seu comportamento (...) porque sabem que há comportamentos que não são próprios para ter em espaço público.</b> ”
	9.A.2.	“... <b>as pessoas têm de ir para a rua e expulsar aqueles que tomaram conta da rua. Utilizar os espaços para aquilo que eles foram construídos.</b> ”
E3	9.A.2.	“... sim (...) se ele puder ser (...) planeado de modo a que ambientalmente seja agradável e <b>adequado ao tipo de uso.</b> ”
E4	9.A.1.	“... <b>Através deste tipo de intervenção pode-se resolver um problema de insegurança numa determinada cidade ou parte de uma cidade. Numa situação onde há muita atividade de roubo, se forem melhor iluminadas e forem colocadas camaras de vigilância, não tenho dúvidas que a criminalidade vai baixar.</b> “
	9.A.3.	“... <b>É uma ferramenta para contribuir para isso, mas tem de ser acompanhada por outras medidas tão estruturais quanto essa.</b> “
E5	9.A.1.	“ <b>Fundamental (...)</b> O próprio tipo de imobiliário urbano que é desenhado e projetado tem diversas especificidades para a <b>dissuasão de diversos tipos de crimes.</b> ”
E6	9.A.1.	“ <b>Por vezes são necessárias intervenções (...)</b> <b>Afasta potenciais criminosos...</b> ”
	9.A.3.	“... <b>mas também necessita de atividade da polícia que pode ali passar e ver</b> ”

Fonte: Elaboração própria

No que concerne à questão n.º 9: “**De que forma poderia uma política pública de segurança, onde fosse implementado um programa CPTED, auxiliar na redução da criminalidade contra o património?**”, verifica-se que cinco dos entrevistados consideram que é através da dissuasão que um programa CPTED pode auxiliar na redução da criminalidade contra o património, sendo que apenas 2 consideram que é através do uso devido dos espaços. De acordo com o E5, “o próprio tipo de imobiliário urbano que é desenhado e projetado tem diversas especificidades para a dissuasão de diversos tipos de crimes”. Dois dos entrevistados consideram, no entanto, que para um programa CPTED funcionar é necessário que haja medidas complementares de patrulhamento por parte das FS. “...não tenho dúvidas que a criminalidade vai baixar. (...) É uma ferramenta para contribuir

para isso, mas tem de ser acompanhada por outras medidas tão estruturais quanto essa”, afirma o E4.

Quadro 4 - Análise de conteúdo à questão n.º 10

Questão n.º 10 Que outras vantagens teria esta implementação?		
Entrevistado	UR	Unidade de Contexto
E1	10.A.1.	“todas as Forças e Serviços de Segurança têm de ser consultadas (...) <b>no sentido de fazerem uma otimização</b> (...) <b>considero que algumas medidas possam ser excelentes auxiliares para as Forças e Serviços de Segurança</b> ”
E2	10.A.2.	“Para além da redução da criminalidade, há toda uma mudança do ponto de vista da ambiência, mais favorável às funções do próprio espaço. Há um bem-estar que é gerado com estes <b>mecanismos que antes não existia.</b> ”
	10.A.4.	“Uma das vantagens que Lisboa e Porto estão a ter neste momento é o turismo, e as pessoas vêm pela segurança.”
	10.A.5.	“Ao contrário de países onde o terrorismo é muito grande, em Portugal não há isso, as pessoas sentem-se seguras.”
E3	10.A.2.	“Para já creio que se pensarmos em termos gerais, as cidades ou os aglomerados urbanos seriam muito mais atrativos...”
	10.A.3.	“...teria influência no valor do património (...) <b>quem é proprietário teria vantagens com isso.</b> ”
	10.A.4.	“...sendo um espaço em que em termos estéticos é mais agradável, a mensagem que se passa é de segurança...”
E4	10.A.2.	“Também é importante na valorização dos territórios e na valorização das sociedades e dos países.”
	10.A.4.	“Esse programa contribuiria seguramente para o aumento da <b>perceção de segurança por parte das populações.</b> ”
	10.A.5.	“O turismo em Portugal está a crescer a dois dígitos neste momento e, do ponto de vista da atividade económica, conta como exportação. Uma das razões do crescimento do turismo em Portugal é porque o país é seguro e a sensação de <b>segurança existe.</b> ”
E5	10.A.4.	“Sobretudo da <b>perceção do crime por parte das pessoas e da apropriação do espaço público por parte das pessoas.</b> ”
E6	10.A.4.	“Também pode contribuir para diminuir a destruição do <b>património privado e público, diminuir o vandalismo e, com isto, o sentimento de segurança aumenta.</b> ”

Fonte: Elaboração própria

Quanto à questão n.º 10: “**Que outras vantagens teria esta implementação?**”, evidencia-se o facto de que cinco dos entrevistados consideram que a implementação de um programa de CPTED contribuiria, além da redução da criminalidade contra o património, para aumentar o sentimento de segurança dos cidadãos. De acordo com o E2, “Às vezes não é tanto o mecanismo, mas as pessoas saberem que ele está lá que as faz sentirem-se seguras”.

Metade dos entrevistados evidenciam ainda que um programa CPTED contribuiria, ainda, para a atratividade dos espaços. O sentimento de segurança, aliado a uma maior atratividade dos espaços, faz, por sua vez, com que o turismo aumente, facto evidenciado por dois dos entrevistados. Para o E4, “Também é importante na valorização dos territórios e na valorização das sociedades e dos países (...) Uma das razões do crescimento do turismo em Portugal é porque o país é seguro e a sensação de segurança existe”.

Quadro 5 - Análise de conteúdo à questão n.º 11

<b>Questão n.º 11</b> De que forma seria possível implementar um programa destes a nível nacional?		
<b>Entrevistado</b>	<b>UR</b>	<b>Unidade de Contexto</b>
<b>E1</b>	11.A.1.	“...implementar algum tipo de medidas e, depois, fazer uma análise ou uma avaliação ponderada sobre o efeito que elas estão efetivamente a surtir.”
<b>E2</b>	11.A.1.	“Primeiro temos de começar com as experiências piloto, em espaços que devem ser casos que sejam bons exemplos, fazer uma avaliação dos mecanismos e, a partir daí, saber se deve ou não deve ser adotado um programa nacional”
	11.A.2.	“Depois tem de haver uma educação das pessoas, é muito importante quando se implementa um mecanismo destes.”
<b>E3</b>	11.A.2.	“...através de alguma educação (...) de quem gere o nosso território, de quem vai tomando opções pelo planeamento...”
	11.A.3.	“...uma política pública nacional para a implementação desta prevenção de crime através do desenho ambiental (...) que viesse no próximo programa nacional de ordenamento do território...”
<b>E4</b>	11.A.2.	“que percebam, também, que as propostas devem ser acompanhadas de avaliação. Se não monitorizo não sou capaz de dizer se as medidas produzem efeito ou não. Deve haver um programa específico de monitorização da própria política.”
	11.A.3.	“Se forem controlados no âmbito de uma política pública é mais fácil (...) Portanto, pode-se implementar a nível nacional havendo vontade política. Ou seja, a política pública do ponto de vista da implementação implica, acima de tudo, vontade política para o fazer.”
<b>E5</b>	11.A.2.	“Teria de começar pela integração destas técnicas e destes conhecimentos a nível da educação das escolas e a nível da formação específica nas diferentes disciplinas da especialidade nas universidades e numa estreita colaboração com as entidades de segurança.”
<b>E6</b>	11.A.3.	“Olhando para o planeamento em si, seria inscrever na política nacional (...) um documento orientador do ordenamento do território em Portugal.”

Fonte: Elaboração própria



Atendendo à questão n.º 11: “De que forma seria possível implementar um programa destes a nível nacional?”, evidencia-se a necessidade da existência de formação neste âmbito, opinião manifestada por quatro dos entrevistados. Nas palavras do E3, seria “através de alguma educação (...) de quem gere o nosso território, de quem vai tomando opções pelo planeamento, pelo ordenamento do nosso território”.

Metade dos entrevistados referem também que a forma mais simples de implementar este programa seria através de uma política pública. De acordo com o E4, se este programa for implementado “no âmbito de uma política pública é mais fácil (...) do ponto de vista da implementação implica acima de tudo vontade política para o fazer. Essa é fundamental”.

É, por fim, sugerido por dois entrevistados que a implementação se inicie através de testes controlados. “Primeiro temos de começar com as experiências piloto (...) fazer uma avaliação dos mecanismos e a partir daí saber se deve ou não deve ser adotado um programa nacional”, afirma o E2.

Quadro 6 - Análise de conteúdo à questão n.º 12

Questão n.º 12		
Em que áreas e tipologia de espaços seria mais vantajoso aplicar este programa?		
Entrevistado	UR	Unidade de Contexto
E1	12.A.1.	“Nas autarquias que têm dinheiro suficiente para aplicar qualquer tipo destas medidas, seria de todo proveitoso...”
	12.A.2.	“... seria sim de todo proveitoso (...) a implementação numa área com elevada densidade populacional...”
	12.A.3.	“...seria sim de todo proveitoso (...) numa área que seja mais resguardada...”
	12.A.5.	“Em espaços públicos faz sentido que estas medidas sejam aplicadas.”
	12.A.6.	“Em espaços privados também seria útil.”
E2	11.A.2.	“Em espaços muito densos, onde os comportamentos são desviantes por natureza, é necessário.”
	11.A.4.	“Quanto mais conflitos há, mais o problema tem de ser combatido.”
	12.A.5.	“Só faz sentido aplicar um programa destes se for aplicado simultaneamente no espaço público e no privado, estes espaços estão em constante interação.”
	12.A.6.	“Só faz sentido aplicar um programa destes se for aplicado simultaneamente no espaço público e no privado, estes espaços estão em constante interação.”
E3	12.A.2.	“Pensar talvez primeiro nas áreas de maior densidade...”
	12.A.4.	“Pensar talvez primeiro nas áreas (...) de maior criminalidade...”

	12.A.5.	“...seja ele público ou privado. E é certo que estas medidas, aplicadas quer num quer no outro, trariam muitos benefícios.”
	12.A.6.	“...seja ele público ou privado. E é certo que estas medidas, aplicadas quer num quer no outro, trariam muitos benefícios.”
E4	12.A.2.	“deve-se definir uma hierarquia de intervenção (...) nas áreas urbanas.”
	12.A.4.	“A polícia sabe bem em que sítios há potencial para haver problemas e nesse sentido deve-se definir uma hierarquia...”
	12.A.5.	“Deve-se começar pelos espaços públicos.”
E5	12.A.4.	“Podia-se fazer testes em áreas piloto, aquelas onde se evidenciam maiores taxas de criminalidade.”
	12.A.5.	“Numa fase inicial, para uma gestão de efetivos e recursos financeiros, apenas em espaços públicos”
	12.A.6.	“Posteriormente, poderia ser alargado aos espaços privados.”
E6	12.A.4.	“Os locais onde há mais problemas devem ter mais medidas para atenuar esses problemas.”
	12.A.5.	“Dependendo da zona pode haver mais problemas no espaço público, no privado ou até mesmo nos dois, mas certamente que seria eficaz nos dois.”
	12.A.6.	“Dependendo da zona pode haver mais problemas no espaço público, no privado ou até mesmo nos dois, mas certamente que seria eficaz nos dois.”

Fonte: Elaboração própria

No que tange à questão n.º 12: **“Em que áreas e tipologia de espaços seria mais vantajoso aplicar este programa?”**, assumem especial relevo as áreas com maiores taxas de criminalidade, referido por cinco dos entrevistados, e os centros urbanos, referidos por quatro dos entrevistados. Como refere o E4, “A polícia sabe bem em que sítios há potencial para haver problemas e, nesse sentido, deve-se definir uma hierarquia de intervenção”. O E6 acrescenta ainda que “Os locais onde há mais problemas devem ter mais medidas para atenuar esses problemas”.

Relativamente à tipologia dos espaços, todos os entrevistados à exceção de um referem que este programa seria vantajoso tanto nos espaços públicos como nos espaços privados. “Só faz sentido aplicar um programa destes se for aplicado simultaneamente no espaço público e no privado, estes espaços estão em constante interação”, refere o E2.

## Capítulo 6 – Resultados

Quadro 7 - Análise de conteúdo à questão n.º 13

<b>Questão n.º 13</b> <b>Quais seriam as principais dificuldades na implementação deste programa?</b>		
<b>Entrevistado</b>	<b>UR</b>	<b>Unidade de Contexto</b>
<b>E1</b>	13.A.1.	“...as questões monetárias (...) a principal dificuldade é com questões orçamentais.”
<b>E2</b>	13.A.1.	“Depois certamente haverá questões económicas. Todos estes sistemas custam dinheiro.”
	13.A.2.	“Eu penso que ao princípio as pessoas não estão muito recetivas a esse tipo de equipamento, por causa da privacidade, embora o espaço público não seja privado. A cidade tem tendência a privatizar-se.”
<b>E3</b>	13.A.1.	“...um sistema destes implicaria sempre questões orçamentais...”
	13.A.3.	“...para implementar um programa destes a nível nacional seria necessário o empenho dos atores políticos e a sua sensibilização para este assunto...”
<b>E4</b>	13.A.2.	“há uma geração de pessoas que está viva e está ativa que cresceu com uma má relação com a polícia (...) Este é, claramente, um constrangimento.”
<b>E5</b>	13.A.2.	“Creio que será sobretudo uma questão cultural. De verem a relevância e importância (...) é uma questão de tempo e de mudança.”
<b>E6</b>	13.A.2.	“Certamente há situações em que o urbanismo pode ajudar, embora o urbanismo nunca resolva os problemas da sociedade, que pode não gostar de ser vigiada.”
	13.A.3.	“As principais dificuldades estão na sensibilização dos atores políticos para este tipo de problemas.”

Fonte: Elaboração própria

No que respeita à questão n.º 13: “**Quais seriam as principais dificuldades na implementação deste programa?**”, sobressai uma possível oposição por parte dos cidadãos. Como é evidenciado pelo E4, em Portugal ainda há gerações ativas que cresceram e viveram durante um período de ditadura, no qual a polícia desempenhava um papel repressivo. Como tal, estes cidadãos poderão não aprovar o facto de serem vigiados por meios formais ou informais ou de serem mais controlados.

Metade dos entrevistados referem ainda os elevados encargos financeiros que um programa de CPTED pode acarretar, nomeadamente dos sistemas de Closed-Circuit Television (CCTV). É, também, referido pelo E3 e E6 que alertar e sensibilizar os atores políticos para este tipo de questões se pode revelar bastante difícil.

## Capítulo 6 – Resultados

Quadro 8 - Análise de conteúdo à questão n.º 14

<p><b>Questão n.º 14</b>  Considera que a participação das Forças e Serviços de Segurança é essencial? De que forma poderiam tomar parte deste programa?</p>		
Entrevistado	UR	Unidade de Contexto
E1	14.A.1.	“As forças de segurança, quanto a mim, são essenciais.”
	14.A.2.	“Qualquer consulta que seja feita às Forças de Segurança, porque melhor do que ninguém, conhecem (...) os comportamentos/tendências criminosas.”
	14.A.3.	“...canalizar o patrulhamento (...) otimizar aquilo que são as medidas securitárias passivas e ativas.”
E2	14.A.1.	“Acho que têm mesmo de fazer parte. É muito importante que haja um controlo por parte das Forças de Segurança.”
	14.A.2.	“As Forças de Segurança têm de assegurar que a informação destes sistemas só é fornecida quando necessária para consulta de quem necessita realmente dela.”
E3	14.A.1.	“as forças de segurança não poderiam deixar de ser um elemento integrante dessas equipas. Para mim, não faz sentido que não o fossem.”
	14.A.4.	“...começarem a ser integrados ou haver especialistas relacionados com as forças de segurança que estejam integrados (...) nas próprias equipas que projetam planos, que projetam dinâmicas, que projetam modelos para um determinado território...”
E4	14.A.1.	“São fundamentais.”
	14.A.3.	“Devem ser as Forças de Segurança a implementar o sistema para que coordenem com as patrulhas.”
	14.A.4.	“Desde logo porque o sistema deve ser controlado pelas Forças de Segurança. É muito mais seguro do que se for controlado por outra entidade qualquer.”
E5	14.A.1.	“Sem as Forças e Serviços e Segurança nada disto era possível.”
	14.A.4.	“...do ponto de vista da sua aplicabilidade no território devia ser (...) em parceria com as forças de segurança, desenvolverem-se ações e estudos concretos em equipas multidisciplinares.”
E6	14.A.1.	“Sim, são essenciais.”
	14.A.2.	“Sensibilizar para que estas questões sejam pensadas por quem tem de decidir.”

Fonte: Elaboração própria

Quanto à questão n.º 14: **“Considera que a participação das Forças e Serviços de Segurança é essencial? De que forma poderiam tomar parte deste programa?”**, todos os entrevistados consideram que a sua participação no programa seria essencial. Relativamente a como poderiam tomar parte do programa, há duas respostas que se destacam. Em primeiro lugar, surge a necessidade da criação de equipas multidisciplinares. De acordo com o E5, este programa “do ponto de vista da sua aplicabilidade no território, devia ser (...) em parceria com as forças de segurança, desenvolverem-se ações e estudos concretos em equipas multidisciplinares”. A par com a criação de equipas multidisciplinares, surge a consulta das FSS, pois como refere o E1, “melhor do que ninguém, conhecem, as forças de segurança, os comportamentos/tendências criminosas (...) e são fundamentais para dizer onde é que estas medidas poderiam ou não surtir efeito”

Os E1 e E4 dizem ainda que as FSS podem complementar este programa e melhorar o seu efeito através de medidas complementares de patrulhamento por forma a otimizar aquilo que são medidas ativas e passivas de prevenção criminal.

### 6.3. Conclusão das entrevistas

De acordo com Sarmento M. (2013, p. 66), a última etapa da análise de conteúdo é elaborar a conclusão final, “com base nas conclusões das questões do guião, evidenciando os resultados superiores a 50% e enfatizando os resultados maiores ou iguais a 80%”.

Conclui-se, então, que todos os entrevistados consideram as PPS são importantes para que os cidadãos se sintam em segurança, sendo que para 66% deles é a principal forma de o conseguir.

A principal forma de atuação de um programa de CPTED na redução da criminalidade contra o património é através da dissuasão. Para além desta vantagem, a CPTED faz com que a população se sinta mais segura e que os espaços públicos fiquem mais atrativos para que os cidadãos possam usufruir dos mesmos.

Relativamente à forma de implementação deste programa destaca-se a necessidade de haver formação específica neste âmbito para os profissionais do urbanismo e do ordenamento do território e de este ser implementado no âmbito de uma política pública sob o domínio do Governo.

Quanto às áreas onde este deve ser implementado enfatizam-se as áreas com maiores taxas de criminalidade contra o património, nas quais é mais importante que ele seja

aplicado, independentemente de serem espaços públicos ou privados. Seguidamente, temos os centros urbanos.

Como principais obstáculos à implementação deste programa temos a oposição dos cidadãos, que podem ver nele uma ameaça à sua liberdade e privacidade e as questões orçamentais referentes, principalmente, à vigilância formal.

Por fim, quanto à participação das FSS, todos os entrevistados consideram que é essencial. Como propostas para tomarem parte deste programa, surgem a criação de equipas multidisciplinares compostas por especialistas de diferentes áreas e a consulta das FSS relativamente aos fenómenos da criminalidade.

## CAPÍTULO 7

### DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

#### 7.1. Introdução

O presente capítulo visa dar resposta às questões empíricas e verificar as hipóteses que foram levantadas no início da investigação, comparando os resultados esperados com os resultados obtidos, fundamentando aquilo que de mais relevante se retirou.

Assim, o capítulo articula-se em três subcapítulos fundamentais: a verificação das hipóteses, a resposta às perguntas derivadas e a resposta à pergunta de partida.

#### 7.2. Verificação das hipóteses

Por forma a verificar as hipóteses formuladas no início da investigação, utilizou-se o método proposto por Sarmiento M. (2013), no qual se consideram totalmente verificadas, as hipóteses confirmadas pela totalidade dos entrevistados, verificadas, as que são confirmadas por 80 a 100% mesmos e parcialmente verificadas, aquelas que são confirmadas por apenas 50 a 80% dos inquiridos.

No que respeita à **H1: “As forças de segurança são a entidade com mais conhecimento sobre o fenómeno criminal e a sua colaboração é essencial”**, a hipótese foi totalmente verificada. De acordo com as respostas obtidas na questão n.º 14 das entrevistas, todos os entrevistados afirmaram que a participação das FSS num programa de CPTED seria essencial.

Relativamente à **H2: “O CPTED é uma ferramenta eficaz tanto nos espaços públicos como nos privados”**, esta foi verificada. Na resposta à questão n.º 12, 83% dos entrevistados referiram que seria vantajoso aplicar este programa simultaneamente nos espaços públicos e nos privados.

Quanto à **H3: “É possível aplicar um programa CPTED a nível nacional”**, a mesma foi totalmente verificada pela questão n.º 11, na qual os entrevistados identificam os processos necessários para a implementação do mesmo.

### 7.3. Resposta às perguntas derivadas

Após estarem verificadas as hipóteses levantadas no início da investigação, procede-se à resposta das perguntas derivadas.

Relativamente à **PD1: “Em que medida podem os conhecimentos das forças de segurança ser integrados nos projetos urbanísticos?”**, foi analisada a pergunta n.º 14 do inquérito por entrevista, através da qual se pode dar resposta à PD supramencionada. Após a análise das respostas relativamente à referida questão, podemos afirmar que há duas formas de participação das FS que se destacam. São elas: a criação de equipas multidisciplinares, constituídas pelas diversas entidades responsáveis pelo planeamento urbanístico e por especialistas das FSS; e a consulta das FSS por parte dos particulares que queiram melhorar a segurança dos seus próprios espaços e das entidades responsáveis pelo planeamento e construção dos espaços públicos. Após a conclusão dos projetos urbanísticos, as FS podem complementar os seus efeitos através de medidas complementares de patrulhamento. Isto é, um projeto urbanístico elaborado à luz dos conceitos da CPTED permite que as medidas de prevenção criminal ativas sejam melhor orientadas.

Atendendo à **PD2: “Poderá este programa ser útil tanto a nível dos espaços públicos como dos espaços privados?”**, evidencia-se que na perspetiva de todos, à exceção de um dos entrevistados, um programa de CPTED traria benefícios a nível dos espaços públicos assim como dos espaços privados, de acordo com as respostas à pergunta n.º 12. Benefícios estes que se traduzem, conforme as respostas às perguntas n.º 9 e 10, numa acrescida dissuasão à prática de crimes contra a criminalidade, no aumento do sentimento de segurança dos cidadãos e numa maior atratividade dos espaços. Como consequência destes benefícios, o valor do património nestas áreas terá tendência a aumentar, assim como o turismo.

Por último, no que tange à **PD3: “Pode um programa CPTED ser aplicado com sucesso a nível nacional?”**, todos os entrevistados afirmaram que é possível aplicar um programa destes em Portugal. No entanto, para o fazer, é necessário percorrer algumas etapas, conforme as respostas à pergunta n.º 11. Em primeiro lugar, é necessário que comece por existir formação neste âmbito, a nível dos planos de estudos das instituições que formam os futuros responsáveis pelo planeamento urbanístico, assim como das FSS. Posteriormente, deve ser elaborada uma política pública na qual se coordene aquilo que cada entidade deve fazer neste âmbito, impondo deveres e obrigações no âmbito da CPTED. Por fim, devem-se



começar por fazer testes piloto em áreas controladas, de forma a avaliar precisamente os efeitos que este programa tem na redução da criminalidade contra o património.

### 7.4. Resposta à pergunta de partida

Após terem sido verificadas as hipóteses e respondidas as perguntas derivadas, procede-se à resposta à pergunta de partida: **“Pode a aplicação de um programa CPTED como política de pública de segurança reduzir a criminalidade contra o património?”**.

Para responder à pergunta de partida da melhor forma é, em primeiro lugar, necessário salientar a importância que as PPS têm no sentimento de segurança dos cidadãos. Por muitos especialistas, são vistas como o principal responsável pela forma como a segurança é percebida num país.

É possível a existência de uma política pública de segurança onde fosse implementado um programa de CPTED. Para o fazer, é necessário que haja um aumento na formação nos estabelecimentos de ensino, para que todos os envolvidos no planeamento urbanístico estejam alertados para a existência desta disciplina. Posteriormente, seria necessário implementar testes controlados, em áreas bem delimitadas, e proceder à monitorização e avaliação dos resultados obtidos.

A participação das FSS neste projeto seria indispensável. As entidades que mais conhecimento sobre o fenómeno criminal têm não poderiam ficar de fora. A sua utilidade pode surgir sobre várias formas, desde a mera consulta por parte dos responsáveis pelo planeamento urbanístico até à criação de equipas multidisciplinares.

Uma política pública de segurança que implemente um programa CPTED faz com que um indivíduo, predisposto a cometer um crime ou qualquer outro ato ilícito, perceba um aumento do risco de ser apanhado. Esta percepção acrescida do risco, decorrente dos princípios de Prevenção Criminal Através do Espaço Construído aplicados, faz com que os indivíduos sejam dissuadidos da prática desses atos.

Numa outra perspetiva, a CPTED faz com que sejam dadas aos espaços as suas devidas utilidades. Deste modo, aqueles que praticam atos considerados antissociais, começam a sentir-se inibidos de o fazer, por sentirem que estão a ser vistos por toda a gente.

Por fim, um programa de CPTED permite que o patrulhamento por parte das FSS seja orientado para zonas onde estas sejam mais necessárias, fazendo um melhor uso daquilo que são as medidas ativas de prevenção criminal.

## Capítulo 7 – Discussão dos Resultados

Assim, podemos concluir que uma política pública de segurança onde fosse implementado um programa de CPTED permitiria que a criminalidade contra o património diminuísse, especialmente quando aplicado nas áreas com maiores taxas de criminalidade e nos centros urbanos.

No entanto, as suas vantagens não se esgotam por aí. Para além da redução da criminalidade contra o património, os cidadãos sentir-se-iam mais seguros e os espaços seriam mais atrativos. Por sua vez, e uma vez que toda a segurança é uma das necessidades básicas do ser humano, o valor do património e o turismo nestas áreas iria aumentar.

## CONCLUSÃO

Com este capítulo entramos na última etapa do trabalho. Aqui são apresentados os principais aspetos abordados no decorrer da investigação e os resultados apurados. Paralelamente, será averiguado o cumprimento dos objetivos. No final serão ainda apresentadas algumas sugestões e recomendações.

Em primeiro lugar, convém referir que as sociedades ocidentais contemporâneas, nas quais Portugal se inclui, se diferenciam das restantes pelo valor atribuído à segurança. Tendo em conta o panorama da criminalidade, mais do que nunca, a sociedade precisa do poder político para satisfazer as necessidades de segurança. Para tal, a principal ferramenta a que o Estado recorre para lidar com as questões da insegurança e com as novas ameaças, são as políticas públicas de segurança.

Sendo objetivos do Estado, expressos nos últimos relatórios de segurança interna, o aumento da segurança ao nível das comunidades, o desenvolvimento de um programa de prevenção e segurança para as grandes áreas metropolitanas, a educação com vista a prevenir a prática de incividades e comportamentos de risco e ainda o aumento de ações policiais para a dissuasão e repressão de crimes de furto de oportunidade, uma política pública de segurança onde fosse implementado um programa CPTED permitiria, de certa forma, cumprir estes objetivos.

A criminalidade contra o património é simultaneamente a tipologia de crimes que mais existe em Portugal e a que mais beneficiaria de um programa CPTED, pelo que a implementação do mesmo adquire redobrada importância.

A CPTED, através da conceção do espaço urbano, pode influenciar o comportamento humano, aumentando a perceção do risco por parte de potenciais criminosos. Consequentemente, as oportunidades de cometer crimes diminuem.

Este fenómeno já foi comprovado na prática e não apenas em teoria. Países como o Reino Unido e como os Países Baixos utilizam estratégias CPTED há largos anos. Em ambos os casos, o programa CPTED é implementado como política pública de segurança e tem obtido resultados que comprovam a sua eficácia. Com esta investigação foi possível concluir que a implementação de um programa CPTED, em Portugal, através de uma política pública de segurança, é uma opção viável e que traria inúmeras vantagens.

## Conclusão

Tendo em conta o exposto até agora e as respostas às perguntas derivadas e à pergunta de partida apresentadas no capítulo anterior, os objetivos de investigação consideram-se cumpridos na íntegra.

### **Sugestões e recomendações**

Reconhecida a importância da CPTED e da sua implementação como política pública de segurança, sugere-se que se dê continuidade à produção científica neste âmbito, uma vez que o primeiro passo para a criação de uma política pública é alertar os decisores políticos para a existência de uma problemática.

Sugere-se, ainda, a integração da CPTED na formação das FSS, assim como das entidades responsáveis pelo planeamento urbanístico. Uma vez que as FSS têm um maior conhecimento do fenómeno criminal nas suas zonas de ação, recomenda-se que a formação seja dada a militares ou agentes dentro de cada Comando, para que trabalhem em colaboração com as Câmaras Municipais e restantes entidades locais.

## BIBLIOGRAFIA

- Academia Militar. (20 de Janeiro de 2016). Norma de Execução Permanente 522/1º.  
*Normas para a redação de trabalhos de investigação na Academia Militar*. Lisboa: Academia Militar.
- Almeida, P. P. (2009). Políticas de Segurança: Visão de Futuro. *Revista de Segurança e Defesa*. Jan/Mar, pp. 50-55.
- Anderson, J. (2011). *Public Policymaking: An introduction*. Wadsworth: Cengage Learning.
- Assembleia da República. (2005). Constituição da República Portuguesa.
- Batista, J. (2015). *A segurança no desenho urbano: uma abordagem CPTED*. Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre. Lisboa: Academia Militar.
- Bilhim, J. (2016). Políticas públicas e agenda política. Lisboa.
- Canterbury City Council. (2012). *Canterbury Development Control Plan*. Canterbury: Canterbury City Council.
- Cardim, M. E. (2009). Implementação de Políticas Públicas - Do discurso às Práticas. *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, 3, 133-149.
- Carrol, S., & Weaver, J. (1986). Shoplifters' perceptions of crime opportunities: A process-tracking study. Em D. Cornish, & R. Clarke, *The Reasoning Criminal. Rational Choice Perspectives on Offending* (pp. 19-38). New York: Springer-Verlag.
- Carter, S. P. (2001). Community CPTED. *The Journal of the International Crime Prevention Through Environmental Design Association Vol 1, Nº1*, 15-24.
- Carvalho, E. R. (2008). *Agenda e Reforma Administrativa em Portugal*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Administração Pública. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas - UTL.
- Caupers, J. (2013). *Introdução ao Direito Administrativo*. Lisboa: Âncora Editora.
- Cozens, P. M. (2002). Sustainable urban development and crime prevention through environmental design for the British City. Towards an effective urban environmentalism for the 21st Century. *The International Journal of Urban Policy and Planning*. Vol 19, Nº2, 129-137.
- Cusson, M. (2006). *Criminologia*. Lisboa: Casa das Letras.
- Dias, M. D. (2001). *Liberdade, Cidadania e Segurança*. Lisboa: Almedina.

## Bibliografia

- Dieu, F. (1999). *Politiques Publiques de Sécurité*. Paris: L'Harmattan.
- Direção Geral da Política de Justiça. (2013). *Boletim de Informação Estatística n.º 18 - Crimes registados pelas autoridades policiais em 2012*. Lisboa: Direção Geral da Política de Justiça.
- Direção Geral da Política de Justiça. (2014). *Boletim de Informação Estatística n.º 24 - Crimes registados pelas autoridades policiais em 2013*. Lisboa: Direção Geral da Política de Justiça.
- Direção Geral da Política de Justiça. (2015). *Boletim de Informação Estatística n.º 33 - Crimes registados pelas autoridades policiais em 2014*. Lisboa: Direção Geral da Política de Justiça.
- Direção Geral da Política de Justiça. (2015). *Crimes registados (2014 - 1993) por tipo*. Lisboa: Direção Geral da Política de Justiça.
- Direção Geral da Política de Justiça. (2016). *Boletim de Informação Estatística n.º 39 - Crimes registados pelas autoridades policiais em 2015*. Lisboa: Direção Geral da Política de Justiça.
- Direção Geral da Política de Justiça. (2017). *Boletim de Informação Estatística n.º 47 - Crimes registados pelas autoridades policiais em 2016*. Lisboa: Direção Geral da Política de Justiça.
- Dye, T. (1998). *Understanding Public Policy*. New Jersey: Simon and Schuster.
- Fernandes, D. F. (2010). *Urbanismo e Segurança. Contributos da concepção, manutenção e utilização do espaço para a prevenção criminal. Uma abordagem ao bairro da Bela Vista, em Setúbal. Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna.
- Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna. (2016). *Relatório Anual de Segurança Interna - Ano 2015*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna. (2017). *Relatório Anual de Segurança Interna - Ano 2016*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Geurts, T. (2011). *Public Policy Making: The 21st Century Perspective*. Apeldoorn: Be Informed.
- Glowacki, R., Lojek, K., Ostrowska, E., Tyburska, A., & Urban, A. (2010). *CPTED as an element of local safety*. Szcztyno: Norway Grants.
- Hirschi, T. (1969). *Causes of Delinquency*. Berkeley: University of California Press.
- Jacobs, J. (1992). *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Random House Inc.

## Bibliografia

- Jeffery, C. R. (1971). *Crime Prevention Through Environmental Design*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Jongejan, A., & Woldendorp, T. (2013). A Successful CPTED Approach: The Dutch 'Police Label Secure Housing'. *Built Environment*, Vol 39 N°1, 31-48.
- Lopes, A. J. (2006). *Segurança e Cidadania: Conceitos e Políticas*. Lisboa: Cadernos Navais, Comissão Cultural da Marinha, Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia.
- Maslow, A. H. (1970). *Motivation and personality*. 2ª Ed. New York: Harper and Row.
- Mendonça, A. (2012). Perfil do Assaltante Português. Em F. Almeida, & P. M., *Profiling, Vitimologia & Ciências Forenses* (pp. 429-437). Lisboa: Pactor.
- Ministério da Administração Interna. (2013). *CPTED Prevenção Criminal Através do Espaço Construído. Guia de boas práticas*. Lisboa: DGAI - Direção Geral de Administração Interna.
- Nagel, S. (1980). The policy studies perspective. *Public Administration Review*, Vol. 40, No. 4, pp. 391-396.
- Nauta, O. (2004). *The efficiency of Police Label Secure Housing*. Amsterdam: DSP-groep.
- Neves, A. V. (2012). A criminalidade de rua e o contexto. *VII Congresso Português de Sociologia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Newman, O. (1972). *Defensible Space, Crime Prevention Through Urban Design*. New York: MacMillan Publishing Company.
- Office of the Deputy Prime Minister. (2004). *Safer Places*. London: Queen's Printer and Controller of Her Majesty's Stationery Office .
- Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento - A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Pasquino, G. (2010). *Curso de Ciência Política*. Cascais: Princípia.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (6ª ed)*. Lisboa: Gradiva.
- Rocha, A. J. (2009). *Gestão do Processo Político e Políticas Públicas*. Braga: Universidade do Minho.
- Sarmento, C. M. (2007). *Políticas de Segurança na Sociedade Contemporânea*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna.
- Sarmento, C. M. (2010). *Política e Segurança: Novas Configurações do Poder*. Lisboa: Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

## Bibliografia

- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusitana Editora.
- Saville, G., & Cleveland, G. (2003). An introduction to 2nd Generation CPTED: Part 1. *CPTED Perspectives*, Vol 6, Nº2, 4-8.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*. Lisboa: Pactor.
- Stallard, P. (2005). *Crime Prevention Through Housing Design*. London: Chapman & Hall.
- Teixeira, N. S. (2009). *Contributos para uma Política de Defesa*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute; Massachusetts Institute of Technology. (2011). *Improving Urban Security Through Green Environmental Design*. Milão: United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute.
- Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (1982). Broken Windows: The police and neighbourhood safety. *The Atlantic*.



## APÊNDICES

## **APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO**



### **ACADEMIA MILITAR**

**Segurança no planeamento urbanístico:**

**A criação de um programa CPTED**

**Autor:** Aspirante de GNR Cavalaria João Pedro Arvins Fernandes

**Orientador:** Capitão de GNR Ribeiro

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, maio de 2017**

## **Carta de Apresentação**

A Academia Militar é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar, inserido no sistema de ensino superior nacional, preparando os futuros Oficiais dos quadros permanentes do Exército Português e da Guarda Nacional Republicana.

No âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, surge a necessidade de realizar diversas entrevistas com o objetivo de recolher informações para a investigação subordinada ao tema: “Segurança no Planeamento Urbanístico: A criação de um programa CPTED”. Com esta investigação pretendemos determinar se a implementação de um programa de CPTED como Política Pública de Segurança seria um método eficaz na redução dos crimes contra o património. CPTED (Crime Prevention Through Environmental Design) consiste na Prevenção Criminal Através do Espaço Construído. Este conceito baseia-se no fundamento de que o espaço físico pode criar sentimentos negativos ou positivos num potencial infrator, o que pode estimular ou reduzir a sua disposição de cometer um crime. A possibilidade de ocorrências criminais pode ser reduzida caso o espaço físico tenha sido projetado de forma a estimular os relacionamentos entre os diversos frequentadores do espaço e a aumentar a possibilidade de um crime ser detetado.

O Trabalho de Investigação Aplicada permite a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança, e dentro dos vários objetivos, permite estudar um tema de reconhecido interesse para a Guarda Nacional Republicana.

Desta forma, o contributo de V.Ex.<sup>a</sup> será um elemento enriquecedor para a investigação, contribuindo para obter conclusões mais completas.

Face ao exposto, solicito a Vossa Excelência que me conceda uma entrevista, que demorará cerca de 25 a 30 minutos, pois o seu contributo é muito importante para que se atinjam os objetivos propostos na investigação que estou a realizar.

Grato pela sua colaboração e disponibilidade,

Atenciosamente

João Pedro Arvins Fernandes

Aspirante de Cavalaria da GNR

## **APÊNDICE B – GUIÃO DA ENTREVISTA**



### **ACADEMIA MILITAR**

#### **Inquérito por Entrevista**

##### **Preâmbulo de Orientação**

A presente entrevista adquire relevância na medida em que o seu desenvolvimento é fulcral para a prossecução do RCFTIA, subordinado ao tema “Segurança no Planeamento Urbanístico: A criação de um programa CPTED”.

Procuramos obter com esta entrevista semiestruturada dados cruciais para a relevância da implementação de um programa CPTED como Política Pública de Segurança, a sua importância para a redução da criminalidade contra o património, assim como esclarecer outros assuntos intimamente relacionados com o tema em questão.

Em suma, de forma a estruturar a nossa entrevista e a seguir um rumo lógico, procuramos dividi-la nos seguintes blocos temáticos:

1. Bloco A: Caracterização do entrevistado;
2. Bloco B: Guião de entrevista.

**Bloco A: Caracterização do entrevistado**

1. Nome:
2. Posto/ Função:
3. U/ E/ O:
4. Local:
5. Data:
6. Hora de Início:
7. Hora de Fim:

**Bloco B: Guião de Entrevista**

8. Tendo em conta a realidade portuguesa, considera que as políticas públicas de segurança são importantes para que os cidadãos se sintam em segurança?
9. De que forma poderia uma política pública de segurança, onde fosse implementado um programa CPTED, auxiliar na redução da criminalidade contra o património?
10. Que outras vantagens teria esta implementação?
11. De que forma seria possível implementar um programa destes a nível nacional?
12. Em que áreas e tipologia de espaços seria mais vantajoso aplicar este programa?
13. Quais seriam as principais dificuldades na implementação deste programa?
14. Considera que a participação das Forças e Serviços de Segurança é essencial? De que forma poderiam tomar parte deste programa?

Muito grato pela disponibilidade e colaboração.

João Pedro Arvins Fernandes  
Aspirante de Cavalaria da GNR

## APÊNDICE C – CRIMINALIDADE REGISTADA EM PORTUGAL (1993 A 2016)

*Quadro 9 - Criminalidade registada em Portugal (1993 a 2016)*

<b>Ano</b>	<b>Contra as pessoas</b>	<b>Contra o património</b>	<b>Contra a vida em sociedade</b>	<b>Contra o Estado</b>	<b>Legislação avulsa</b>	<b>Outros<sup>11</sup></b>	<b>Total</b>
<b>1993</b>	68667	169031 (55%)	23829	2563	43233	10	307333
<b>1994</b>	69300	186348 (56%)	25503	3454	47623	0	332228
<b>1995</b>	68906	180639 (55%)	27008	2500	47776	0	326829
<b>1996</b>	71026	181541 (56%)	27633	2343	39712	15	322255
<b>1997</b>	75193	183441 (57%)	27306	2611	33078	0	321644
<b>1998</b>	83173	193495 (57%)	34282	2982	27190	0	341122
<b>1999</b>	80576	209124 (58%)	37610	3318	31960	0	362588
<b>2000</b>	83050	213450 (59%)	34248	3104	29439	3	363294
<b>2001</b>	84891	215528 (58%)	35953	3663	32133	0	372168
<b>2002</b>	86474	227618 (58%)	36598	4337	33568	4	391599
<b>2003</b>	97496	234294 (56%)	43126	5413	37051	3	417383
<b>2004</b>	91364	232610 (56%)	45222	5563	41657	4	416420
<b>2005</b>	90922	215700 (55%)	43083	5525	39470	10	394710
<b>2006</b>	96493	213798 (53%)	41794	5895	43233	12	401215
<b>2007</b>	95156	211544 (53%)	44511	6109	43002	10	400332
<b>2008</b>	96525	240738 (56%)	47243	5501	41968	0	431975
<b>2009</b>	97314	227697 (53%)	52424	5343	44996	13	427787
<b>2010</b>	96729	224752 (53%)	50800	6212	45743	16	424252

<sup>11</sup> Aumento significativo a partir de 2015 face à introdução dos crimes contra animais de companhia.

Apêndice C – Criminalidade Registada em Portuga (1993 a 2016)

<b>2011</b>	91381	229078 (55%)	46909	6383	41570	4	415325
<b>2012</b>	86847	219078 (54%)	53228	6822	38935	7	404917
<b>2013</b>	84252	202015 (54%)	50402	6799	32922	13	376403
<b>2014</b>	83207	192135 (55%)	40234	6098	29616	21	351311
<b>2015</b>	81394	186102 (52%)	49488	6409	31330	1309	356032
<b>2016</b>	80929	171738 (52%)	43013	5956	27793	1443	330872

*Fonte: (DGPI, 2015)*

## APÊNDICE D – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

*Quadro 10 - Caracterização dos Entrevistados*

N.º	Posto/Nome do Entrevistado	Função Atual	Modo
E1	Capitão David Ramos Gomes	Oficial de ligação no secretariado permanente do Gabinete Coordenador de Segurança do Sistema de Segurança Interna	Presencial
E2	Dr. Herculano Alberto Pinto Cachinho	Professor Associado no IGOT-UL; Investigador no CEG-UL	Presencial
E3	Dr. Ricardo Alexandre Cardoso Garcia	Professor Auxiliar no IGOT-UL; Investigador no grupo RISKam no CEG-UL	Presencial
E4	Dr. José Luís Zêzere	Vice-Presidente do IGOT-UL; Professor Catedrático; e investigador no grupo RISKam no CEG-UL	Presencial
E5	Dr. Paulo Morgado Sousa	Professor Auxiliar no IGOT-UL; Investigador efetivo do CEG-UL	Presencial
E6	Dr. Gonçalo Manuel Ferreira dos Santos Antunes	Professor Auxiliar Convidado na FCSH	Presencial

*Fonte: Elaboração própria*



## APÊNDICE E – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

### E.1. Codificação alfanumérica e cromática das entrevistas

Quadro 11 - Codificação alfanumérica e cromática das entrevistas

Questão	Categoria	Subcategoria	UR
<b>Questão n.º 8</b> Tendo em conta a realidade portuguesa, considera que as políticas públicas de segurança são importantes para que os cidadãos se sintam em segurança?	Importância das políticas públicas de segurança	Importante	8.A.1.
		Principal forma	8.A.2.
<b>Questão n.º 9</b> De que forma poderia uma política pública de segurança, onde fosse implementado um programa CPTED, auxiliar na redução da criminalidade contra o património?	Forma de redução da criminalidade contra o património	Dissuasão	9.A.1.
		Uso devido dos espaços	9.A.2.
		Através de medidas complementares	9.A.3.
<b>Questão n.º 10</b> Que outras vantagens teria esta implementação?	Contributos do CPTED	Otimização da atividade operacional das Forças e Serviços de Segurança	10.A.1.
		Atratividade dos espaços	10.A.2.
		Valor do património	10.A.3.
		Sentimento de segurança	10.A.4.
		Aumento do turismo	10.A.5.
<b>Questão n.º 11</b> De que forma seria possível implementar um programa destes a nível nacional?	Método de implementação	Testes controlados	11.A.1.
		Formação	11.A.2.
		Políticas Públicas	11.A.3.

<b>Questão n.º 12</b> Em que áreas e tipologia de espaços seria mais vantajoso aplicar este programa?	Áreas de implementação	Autarquias com disponibilidade financeira	12.A.1.
		Centros urbanos	12.A.2.
		Áreas isoladas	12.A.3.
		Áreas com maiores taxas de criminalidade	12.A.4.
		Espaços públicos	12.A.5.
		Espaços privados	12.A.6.
<b>Questão n.º 13</b> Quais seriam as principais dificuldades na implementação deste programa?	Dificuldades de implementação	Questões orçamentais	13.A.1
		Oposição dos cidadãos	13.A.2.
		Sensibilização dos atores políticos	13.A.3.
<b>Questão n.º 14</b> Considera que a participação das Forças e Serviços de Segurança é essencial? De que forma poderiam tomar parte deste programa?	Contributo das Forças e Serviços de Segurança	Essencial	14.A.1.
		Consulta	14.A.2.
		Medidas ativas complementares	14.A.3.
		Criação de equipas multidisciplinares	14.A.4.

Fonte: Elaboração própria

## E.2. Matriz de análise de conteúdo por questão

Quadro 12 - Matriz de análise de conteúdo por questão

	E1	E2	E3	E4	E5	E6	Total
8.A.1.	X	X	X	X	X	X	6
8.A.2.		X	X	X		X	4
9.A.1.	X	X		X	X	X	5
9.A.2.		X	X				2
9.A.3.				X		X	2
10.A.1.	X						1
10.A.2.		X	X	X			3
10.A.3.			X				1
10.A.4.		X	X	X	X	X	5
10.A.5.		X		X			2
11.A.1.	X	X					2
11.A.2.		X	X	X	X		4
11.A.3.			X	X		X	3
12.A.1.	X						1

12.A.2.	X	X	X	X			4
12.A.3.	X						1
12.A.4.		X	X	X	X	X	5
12.A.5.	X	X	X	X	X	X	6
12.A.6.	X	X	X		X	X	5
13.A.1.	X	X	X				3
13.A.2.		X		X	X	X	3
13.A.3.			X			X	2
14.A.1.	X	X	X	X	X	X	6
14.A.2.	X	X				X	3
14.A.3.	X			X			2
14.A.4.			X	X	X		3

*Fonte: Elaboração própria*

## APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

### F.1. Entrevista n.º 1

Quadro 13 - Transcrição da Entrevista n.º 1

Bloco A: Caracterização do entrevistado	
1. Nome	David Ramos Gomes
2. Posto/Função	Capitão; Oficial de Ligação no secretariado permanente do Gabinete Coordenador de Segurança do Sistema de Segurança Interna
3. U/E/O	GNR
4. Local	Sistema de Segurança Interna
5. Data	18 de abril de 2017
6. Hora de Início	10.45
7. Hora de Fim	10.57
Bloco B: Guião de Entrevista	
<b>Questão n.º 8</b> Tendo em conta a realidade portuguesa, considera que as políticas públicas de segurança são importantes para que os cidadãos se sintam em segurança?	
<b>Sim, claro que são. Tudo quanto sejam políticas que conduzam a alterações, sejam elas grandes ou pequenas, e que transmitam um sentimento de segurança ao cidadão são bastante importantes.</b> Elas têm é de ser exequíveis, não podem ser utópicas e têm de ser direcionadas.	
<b>Questão n.º 9</b> De que forma poderia uma política pública de segurança, onde fosse implementado um programa CPTED, auxiliar na redução da criminalidade contra o património?	
<b>Portanto, algumas alterações que sejam feitas ao ordenamento do território e, nomeadamente, à consulta das forças e serviços de segurança no sentido de eliminar zonas que sejam mais perigosas, quem sabe, colocar sistemas de videovigilância, são importantes porque acabam por ter ali uma forma de dissuasão de qualquer prática de ilícito criminal.</b>	
<b>Questão n.º 10</b> Que outras vantagens teria esta implementação?	
Seria de todo importante fazer um cruzamento com aquilo que são as medidas preventivas e depois a atuação das próprias forças e serviços de segurança. Ou seja, eu considero que <b>todas as Forças e Serviços de Segurança têm de ser consultadas com a perspetiva destas implementações deste programa, no sentido de fazer uma otimização, porque, melhor do que ninguém, conhecem elas onde é que estão os maiores focos de problemas e quais é que são as zonas que são mais vulneráveis.</b> Embora, o comum cidadão, quase que intrinsecamente, já tome algumas medidas no sentido de não circular por ruas pouco iluminadas a partir de determinada hora da noite, evitar alguns becos, evitar algumas ruas estreitas, <b>considero que algumas medidas possam ser excelentes auxiliares para as forças e serviços de segurança;</b> dou um exemplo pessoal, eu se às 2 ou 3 da manhã tiver de circular ali pela zona antiga de Lisboa, é claro que algumas ruas mais estreitas que já conheço e sei que são alvo ou que estão lá alguns jovens ou alguns cidadãos cujas intenções possam ser duvidosas, eu se calhar evito aquela rua. Portanto,	

acaba por haver aqui uma espécie de triângulo em que estas medidas são bastante úteis: primeiro, é a **consciencialização dos cidadãos**, segundo, são as medidas, digo eu, passivas que podem ser adotadas pelo poder local no sentido de criar mais iluminação, colocar videovigilância, o que quer que seja e, depois, a própria **ação preventiva das forças e serviços de segurança**.

**Questão n.º 11**

De que forma seria possível implementar um programa destes a nível nacional?

Tanto quanto sei, estes programas estão muito direcionados para desenhos futuros de cidades. Pego no caso de Lisboa porque sou de cá, tendo em conta a própria morfologia da cidade é muito complicado estarmos aqui a adotar algum tipo de medidas. Temos um pouco de tudo, temos a baixa pombalina que tem ruas bastante amplas e depois vamos para os bairros mais típicos de Lisboa em que aquilo são bicos e quelhos em que as ruas são bastante restritivas. Depois existe também este aumento do turismo e aumento da procura por estabelecimentos de diversão noturna, estabelecimentos comerciais que existem naquela região e é uma zona que é bastante apelativa para os turistas. Portanto, aquilo que pode ser feito se calhar é fazer um cruzamento daquilo que existe já, daquilo que pode ser melhorado e sempre com a consulta da força de segurança territorialmente competente, portanto, **acho que seria, sim, possível implementar algum tipo de medidas e, depois, fazer uma análise ou uma avaliação ponderada sobre o efeito que elas estão efetivamente a surtir**.

**Questão n.º 12**

Em que áreas e tipologia de espaços seria mais vantajoso aplicar este programa?

Implementar isto tanto em espaços públicos como privados acaba por ser um projeto extremamente ambicioso. Portanto, nós estamos a lidar com momentos em que as restrições orçamentais são bastante grandes. Se nós pouco dinheiro temos para fazer recrutamento de pessoal, quanto mais para implementar estas coisas em propriedades privadas. **Em espaços públicos faz sentido que estas medidas sejam aplicadas. Em espaços privados também seria útil**, mas não podemos suportar esses custos. **Nas autarquias que têm dinheiro suficiente para se aplicar qualquer tipo destas medidas, seria de todo proveitoso escolher ou um bairro específico ou uma freguesia específica numa cidade específica para fazer primeiro um teste. Testarmos se isso fosse aplicado, seria tudo muito melhor**. É uma pergunta um pouco complicada de responder. E claro que uma maior densidade populacional leva a que aconteçam duas coisas completamente distintas: pelo facto de estarem mais pessoas na rua, se calhar os criminosos ficam um pouco dissuadidos de estar a praticar qualquer tipo de furto ou qualquer crime contra o património, se calhar a maior parte do pessoal procura zonas que estejam mais isoladas. Mesmo que sejam implementadas estas medidas em zonas que sejam muito isoladas acaba por ser complicado. Se é tao isolado, do que nos vale estar aqui a implementar estas medidas que são passivas, se elas são passivas, mas depois não há pessoas para lá estar a controlar ou monitorizar aquela zona acabam por não surtir qualquer tipo de efeito. Eu posso ter a rua mais iluminada do mundo com o melhor sistema de CCTV, ter lá uma caixa de multibanco e eu sei que aquilo é muito iluminado, mas sei também que não passa lá ninguém, sei que estou a ser monitorizado, levo uma viatura sem chapas de matrícula, levo a cara tapada, levo luvas para não deixar impressões digitais e consigo fazer um furto/roubo de uma ATM sem qualquer tipo de problema. Sei que as medidas estão lá, mas depois não existe algo que seja uma ameaça direta, são tudo medidas passivas. Portanto, **seria sim de todo proveitoso, se calhar, a implementação numa área com elevada**

densidade populacional e numa área que seja mais resguardada, para depois termos um termo de comparação sobre onde é que elas surtiam mais efeito.

**Questão n.º 13**

Quais seriam as principais dificuldades na implementação deste programa?

Principalmente as questões monetárias. As próprias autarquias têm muita dificuldade em fazer pequenos reparos das ruas todas esburacadas, temos tampas de esgoto que não estão niveladas com o pavimento, temos trinta mil problemas que podem ser resolvidos de forma fácil, mas que precisam que haja um investimento. Sendo este programa algo que requer bastante investimento por parte das autarquias locais, acho que era a principal dificuldade da implementação deste programa. Depois o ordenamento das próprias cidades. Portugal torna isto difícil, somos conhecidos por termos ruas extremamente estreitas, termos supermercados em tudo quanto é canto, lojas em tudo quanto é canto, as copas das árvores acabam por dificultar, por exemplo, uma rua que tenha muitos candeeiros, mas depois tem copas de árvores consideráveis, que acabam por tirar toda essa luminosidade e criar alguns problemas. Mas considero que a principal dificuldade é com questões orçamentais.

**Questão n.º 14**

De que forma poderiam as Forças de Segurança tomar parte deste programa?

As forças de segurança, quanto a mim, são essenciais. Qualquer consulta que seja feita às forças de segurança, porque melhor do que ninguém, conhecem, as forças de segurança, os comportamentos/tendências criminosas, toda a gente faz uma análise das informações recolhidas, toda a gente faz o cruzamento desses dados com a investigação criminal e são fundamentais para dizer onde é que estas medidas poderiam ou não surtir efeito. Portanto, a consulta das forças de segurança é fundamental para canalizar o patrulhamento. De que nos vale ter um programa perfeitamente instalado num determinado sítio se depois não temos a capacidade de ter homens no terreno para conseguir combater este tipo de criminalidade. Portanto, seria juntar o útil ao agradável: temos capacidade de investimento num determinado local, vamos saber o que podemos fazer para melhorar o sentimento de segurança das populações naquele determinado local. Portanto, é uma questão de otimizar aquilo que são as medidas securitárias passivas e ativas.

**F.2. Entrevista n.º 2**

*Quadro 14 - Transcrição da Entrevista n.º 2*

<b>Bloco A: Caracterização do entrevistado</b>	
1. Nome	Herculano Alberto Pinto Cachinho
2. Posto/Função	Professor Associado e Investigador
3. U/E/O	Instituto de Geografia e Ordenamento de Território – Universidade de Lisboa – Investigador no centro de estudos geográficos na área de geografia humana
4. Local	IGOT-UL
5. Data	18 de abril de 2017
6. Hora de Início	14.30
7. Hora de Fim	14.53

Bloco B: Guião de Entrevista
<p><b>Questão n.º 8</b></p> <p>Tendo em conta a realidade portuguesa, considera que as políticas públicas de segurança são importantes para que os cidadãos se sintam em segurança?</p>
<p><b>Sim, sem dúvida. Obviamente. Hoje mais do que nunca.</b> Porque as cidades vivem problemas novos onde as questões da insegurança têm vindo a aumentar e, portanto, há muitas celeumas, se quisermos, ou há muita criação que não é verdadeira, mas que os media hoje provocam muito mais essas questões do que o que elas existem propriamente dito, mas basta haver uma certa visibilidade mediática para que aquilo que não era um problema passe a ser. Portanto, hoje nas cidades com toda a economia da segurança, com toda a economia do medo há muitas empresas que exploram devidamente essas questões e procuram de alguma forma criar uma economia em torno desses aspetos. Mas tirando esta questão, que ela existe e é verdadeira, há mesmo situações ou porque se quer reforçar também o estado policial ou se quer de outra forma reivindicar determinados direitos, acaba por se desenvolver estas questões que estão associadas a insegurança. Mas existem outras questões também muito importantes: as cidades são muito mais multiculturais do que eram antes, as cidades aumentaram as desigualdades, as cidades são muito desigualitárias, portanto, existem classes sociais que não têm acesso a um conjunto de bens e serviços que num estado de bem estar deveriam tê-lo, a mobilidade da população também é muito grande e, portanto, o que acontece é que hoje temos cidades que excluem ou determinam bairros, determinadas áreas que têm problemas graves e, portanto, as pessoas são remetidas para quase “guetos”. Essa situação vai desencadear processos onde a separação vai aumentar, portanto, muitas vezes o planeamento da cidade não é feito nessa perspetiva. É preciso construir espaços mais seguros, mas a segurança faz-se por muitas vias. Também se faz pela via da precaução, ou seja, nós reagimos facilmente aos mecanismos que são postos à disposição. <b>Diria mesmo que o principal mecanismo para o fazer é através mesmo das políticas públicas de segurança.</b></p>
<p><b>Questão n.º 9</b></p> <p>De que forma poderia uma política pública de segurança, onde fosse implementado um programa CPTED, auxiliar na redução da criminalidade contra o património?</p>
<p>Sim, não tenho dúvidas. Há experiências no estrangeiro que nos dizem isso. Em Sydney aparece nos espaços públicos “sorria, está a ser filmado” e ao lado “contruímos os melhores espaços públicos do mundo”. <b>Portanto, basta estar ali aquele dispositivo para as pessoas mudarem o seu comportamento, porque sabem que há comportamentos que não são próprios para ter em espaço público. Portanto, se estes mecanismos inibirem determinados comportamentos desviantes, melhor para o cidadão comum,</b> que pode usufruir do espaço público. Há uma autora brasileira, a Teresa Cabral, que fez um livro chamado “A cidade muros”, que explica bem como o espaço público não é vivenciado pela população de São Paulo, porque diz que as pessoas abandonaram o espaço público aos marginais, se fecharam em contentores e casas altamente blindadas e automóveis blindados. Portanto, como a população foi expulsa, quem usufrui do espaço público são os delinquentes e os marginais. Se quisermos novamente resolver o problema da segurança, <b>as pessoas têm de ir para a rua e expulsar aqueles que tomaram conta da rua. Utilizar os espaços para aquilo que eles foram construídos.</b> Portanto, não é fecharem-se em casa e terem carros blindados que lhes vai resolver os problemas da segurança. Como é que podemos inverter esta situação? Sentir que as pessoas</p>



quando estão no espaço público estão em segurança. Se isso acontecer é excelente. E temos outras questões importantes, como os jogos de futebol, em que montaram o sistema de vigilância e reduziram 40 a 50% a criminalidade naquelas zonas. Obviamente, vai-se transferir para outros lugares, onde não estão vigiados, mas naquelas zonas onde foram utilizados os mecanismos tiveram sucesso.

**Questão n.º 10**

Que outras vantagens teria esta implementação?

Portanto, quando queremos expulsar determinados grupos, criamos mecanismos para tal. As pessoas mais ligadas ao consumo de estupefacientes obviamente vão desaparecer ao ser montado um mecanismo destes. Ao acontecer isso estamos a higienizar essas áreas que estão a ser vigiadas. Um exemplo concreto é o Intendente. **Para além da redução da criminalidade há toda uma mudança do ponto de vista da ambiência, mais favorável às funções do próprio espaço. Há um bem-estar que é gerado com estes mecanismos que antes não existia.** A maior parte da insegurança aparece provocada pelas desigualdades. As pessoas são remetidas para bairros onde as condições são péssimas e quase que são empurradas para cometerem delito. Mas, se o próprio espaço público for melhor, se for de todos, estes mecanismos vão de certa forma, para além da segurança, dar uma dimensão estética para o espaço público ser vivido pela população. Há muitas formas de controlar e de alertar a segurança. Temos de avaliar se os mecanismos têm mais vantagens do que desvantagens. Há muitas pessoas que são contra. Se a mudança for para melhor não vejo porque é que as pessoas são contra. O espaço público é de todos e deve ser preservado para que todos o possam utilizar. **Uma das vantagens que Lisboa e Porto estão a ter neste momento é o turismo, e as pessoas vêm pela segurança. Ao contrário de países onde o terrorismo é muito grande, em Portugal não há isso, as pessoas sentem-se seguras.**

**Questão n.º 11**

De que forma seria possível implementar um programa destes a nível nacional?

**Primeiro temos de começar com as experiências piloto, em espaços que devem ser casos que sejam bons exemplos, fazer uma avaliação dos mecanismos e a partir daí saber se deve ou não deve ser adotado um programa nacional. Depois tem de haver uma educação das pessoas, é muito importante quando se implementa um mecanismo destes.** Implementar sem saber os benefícios não sei se se justifica. Acho que nas cidades, sobretudo espaços urbanos, se justifica haver este sistema, e hoje cada vez mais. Deve-se começar pelos espaços que são mais problemáticos, onde há problemas diagnosticados e os queremos resolver. Aí devemos testar uma experiência piloto.

**Questão n.º 12**

Em que áreas e tipologia de espaços seria mais vantajoso aplicar este programa?

**Só faz sentido aplicar um programa destes se for aplicado simultaneamente no espaço público e no privado, estes espaços estão em constante interação.** Há um texto que eu dou aos meus alunos sobre urbanismo como modo de vida, de um autor norte americano. O texto ainda continua a ser lido e foi recentemente publicado em português. Ele escreve aquele texto porque todos os dias estavam a chegar muito imigrantes à cidade de Chicago e desenvolve-se uma escola em função disso. Ele utiliza três variáveis para definir o que é a cidade e um deles é a densidade. Em ambientes muito densos, como nos centros urbanos, há determinados comportamentos que ocorrem. A primeira é porque você passa a ser anónimo. E quando ninguém o conhece não é vigiado por mecanismos informais. Têm de ser formais. Numa aldeia toda a gente conhece toda a gente e se acontece



qualquer coisa toda a gente sabe quem foi. Portanto, em territórios de baixa densidade não vejo que haja necessidade. Em espaços muito densos, onde os comportamentos são desviantes por natureza, é necessário. Quanto mais conflitos há, mais o problema que tem de ser combatido.

**Questão n.º 13**

Quais seriam as principais dificuldades na implementação deste programa?

Eu penso que ao princípio as pessoas não estão muito recetivas a esse tipo de equipamento, por causa da privacidade, embora o espaço público não seja privado. A cidade tem tendência a privatizar-se. Às vezes não é tanto o mecanismo, mas as pessoas saberem que ele está lá que as faz sentirem-se seguras. Portanto, é necessário haver educação para estes processos. Outra dificuldade é que muita gente vai entender isto como um atentado à liberdade. Há quem entenda que o espaço público, por natureza, não deve ter este controlo formal, portanto, é preciso também explicar às pessoas as vantagens do mecanismo. Depois certamente haverá questões económicas. Todos estes sistemas custam dinheiro. Mas acho que é possível conseguir-se implementar.

**Questão n.º 14**

Considera que a participação das Forças e Serviços de Segurança é essencial? De que forma poderiam tomar parte deste programa?

Acho que têm mesmo de fazer parte. É muito importante que haja um controlo por parte das Forças de Segurança. Isto não pode ser só controlado por outras entidades. As Forças de Segurança têm de assegurar que a informação destes sistemas só é fornecida quando necessária para consulta de quem necessita realmente dela.

**F.3. Entrevista n.º 3**

*Quadro 15 - Transcrição da Entrevista n.º 3*

Bloco A: Caracterização do entrevistado	
1. Nome	Ricardo Alexandre Cardoso Garcia
2. Posto/Função	Professor Auxiliar no IGOT-UL; Investigador no grupo RISKam no CEG-UL
3. U/E/O	IGOT
4. Local	IGOT
5. Data	19 de abril de 2017
6. Hora de Início	09.00
7. Hora de Fim	09.12
Bloco B: Guião de Entrevista	
<b>Questão n.º 8</b>	
Tendo em conta a realidade portuguesa, considera que as políticas públicas de segurança são importantes para que os cidadãos se sintam em segurança?	
Sim, considero que sim, aliás, poderei dizer mesmo que é através das políticas públicas que alguém pode ter um sentimento de segurança. Acho que tomar boas políticas ou adotar boas políticas é imprescindível para que o cidadão se sinta seguro; não será a única, mas creio que as políticas, pelo menos, a base política é o principal.	

**Questão n.º 9**

De que forma poderia uma política pública de segurança, onde fosse implementado um programa CPTED, auxiliar na redução da criminalidade contra o património?

Creio que **sim**, se o espaço puder ser planeado, puder ser gerido de modo mais adequado, **se ele puder ser** ordenado em termos gerais na definição global de locais onde há determinado tipo de residências ou de serviços, **planeado de modo a que ambientalmente seja agradável e adequado ao tipo de uso**, creio que **sim**, **podia ser** uma política, pública neste caso, **muito importante na redução da criminalidade**.

**Questão n.º 10**

Que outras vantagens teria esta implementação?

Para já creio que se pensarmos em termos gerais, as cidades ou os aglomerados urbanos seriam muito mais atrativos, por um lado, em termos estéticos, por outro lado atrativos, e isso teria influência no valor do património, seriam atrativos porque **sendo um espaço em que em termos estéticos é mais agradável, a mensagem que se passa é de segurança**, normalmente, como é obvio, isso terá tendência a valorizar o próprio valor do património, portanto, quem é proprietário teria vantagens com isso.

**Questão n.º 11**

De que forma seria possível implementar um programa destes a nível nacional?

Pergunta difícil. Diria que teríamos 2 níveis de implementação a nível nacional: por um lado, **através de alguma educação, não a educação formal de ir a uma escola ensinar, mas seria, se quisermos, uma educação de quem gere o nosso território, de quem vai tomando opções pelo planeamento, pelo ordenamento do nosso território, ter noção de que algumas das opções que por vezes tomam podem não ser as ideais no ponto de vista da segurança**. Às vezes, determinado tipo de concentrações de pessoas que se fazem, determinado tipo de estruturas que se colocam nas cidades e em que não se está a pensar tanto a nível da segurança, pensa-se noutras valências, a valência económica, turística (que acaba por estar relacionada com a económica) mas não se pensa ao nível da segurança. Pensa-se a nível da segurança se estivermos a falar de segurança contra incêndios, nessa pensa-se sempre. Mas não se pensa como é que isso trará mais valias ao funcionamento do meio urbano e creio que este seria o primeiro nível de implementação: a educação de quem gere o território – seria a melhor forma. **Depois, uma política pública nacional para a implementação desta prevenção de crime através do desenho ambiental, teria de ser também uma política geral, que viesse no próximo programa nacional de ordenamento do território. Depois a níveis mais baixos, algumas guidelines, alguns itens/guias poderiam vir a nível nacional de como implementar este tipo de políticas e que obrigassem a que a nível municipal, por exemplo, se tivessem de cumprir essas indicações. Eventualmente seria simples, se bem que teria de ser, claro, adaptado às diferentes realidades**.

**Questão n.º 12**

Em que áreas e tipologia de espaços seria mais vantajoso aplicar este programa?

**Estamos a falar em criminalidade contra o património, portanto esta acontece em qualquer tipologia de espaço, seja ele público ou privado. E é certo que estas medidas, aplicadas quer num quer no outro, trariam muitos benefícios. Não sei com certeza se é nos sítios com maior densidade populacional que existe uma maior taxa de criminalidade. Nem sempre deverá ser assim. Até porque por vezes ouvimos falar em criminalidade contra, por exemplo, casas que estão mais isoladas. Se calhar pensar só muito nos centros urbanos não seria o ideal. Agora,**

eventualmente, para início poderíamos apontar para esses dois locais, que poderão não coincidir. **Pensar talvez primeiro nas áreas de maior densidade e de maior criminalidade.** E depois, como lhe digo, se adotarmos isto nas áreas de maior densidade populacional e maior cultura de segurança, onde se tenha noção de que as opções que tomamos podem ter influência na segurança, eventualmente terá uma tendência de contágio. Se houver dois municípios que tomam uma atitude que os valoriza bastante, os que estão a volta têm tendência a fazer o mesmo e isto vai-se disseminando pelo país. Portanto, começando provavelmente pelas grandes áreas metropolitanas ou **por um ou outro local onde as taxas de criminalidade sejam mais elevadas**, depois seria muito mais simples implementar pelo país neste caso.

**Questão n.º 13**

Quais seriam as principais dificuldades na implementação deste programa?

**Sendo que para implementar um programa destes a nível nacional seria necessário o empenho dos atores políticos e a sua sensibilização para este assunto, penso que seria uma das dificuldades. E é claro que um sistema destes implicaria sempre questões orçamentais que nos dias de hoje, como sabemos, o país está em dificuldades.**

**Questão n.º 14**

Considera que a participação das Forças e Serviços de Segurança é essencial? De que forma poderiam tomar parte deste programa?

**A primeira grande forma era eventualmente começarem a ser integrados ou haver especialistas relacionados com as forças de segurança que estejam integrados (não como acontece no ordenamento/planeamento do nosso país, em que dão um parecer), nas próprias equipas que projetam planos, que projetam dinâmicas, que projetam modelos para um determinado território e, por isso, creio que seriam elementos imprescindíveis nesse facto.** O que me parece é que alguns dos elementos que procuram garantir a segurança são considerados como as forças que estão presentes para reagir e não para prevenir, ou não tanto para prevenir. Embora, teoricamente, se diga que temos de prevenir, acaba por muitas vezes não acontecer. Então, creio que se as forças de segurança fossem integradas nas equipas que estabelecem as guidelines, que até mesmo a nível nacional, se houvesse um plano nacional de prevenção contra o crime através da estruturação das cidades e do desenho ambiental das cidades, creio que **as forças de segurança não poderiam deixar de ser um elemento integrante dessas equipas. Para mim, não faz sentido que não o fossem.**

**F.4. Entrevista n.º 4**

*Quadro 16 - Transcrição da Entrevista n.º 4*

<b>Bloco A: Caracterização do entrevistado</b>	
1. Nome	José Luís Zêzere
2. Posto/Função	Professor Catedrático; Vice-Presidente do IGOT-UL; Investigador no grupo RISKam no CEG-UL
3. U/E/O	IGOT-UL
4. Local	IGOT-UL
5. Data	20 de abril de 2017
6. Hora de Início	15.00
7. Hora de Fim	15.31

Bloco B: Guião de Entrevista
<p><b>Questão n.º 8</b> Tendo em conta a realidade portuguesa, considera que as políticas públicas de segurança são importantes para que os cidadãos se sintam em segurança?</p>
<p>Com certeza. Em termos globais, nas sociedades ocidentais, uma das características que as diferencia (e Portugal é uma sociedade dessas) de outras sociedades no mundo, é o valor que é atribuído à segurança. De alguma forma, o valor atribuído à segurança é um bom marcador do nível de desenvolvimento de um país e do nível de riqueza acumulada pelas pessoas e pelas famílias. Portanto, a política pública dedicada às questões da segurança é quase uma obrigação nas sociedades ocidentais contemporâneas. É valorizada e é importante. Sem segurança as coisas complicam-se muito. É absolutamente fundamental.</p>
<p><b>Questão n.º 9</b> De que forma poderia uma política pública de segurança, onde fosse implementado um programa CPTED, auxiliar na redução da criminalidade contra o património?</p>
<p>Acredito que sim. Embora a causa profunda da criminalidade não seja a configuração do espaço público. Através deste tipo de intervenção pode-se resolver um problema de insegurança numa determinada cidade ou parte de uma cidade. Numa situação onde há muita atividade de roubo, se forem melhor iluminadas e forem colocadas câmaras de vigilância, não tenho dúvidas que a criminalidade vai baixar. Mas baixa nesse local. O que vai suceder muito provavelmente é que a atividade que se verifica aqui se vai transferir para outro sítio qualquer. Ou seja, se fosse possível fazer uma intervenção mais musculada em termos de quantidade de agentes e meios envolvidos ao nível da cidade seria mais eficaz. Se a intervenção é mais localizada, o que tem tendência a haver é uma transferência da própria criminalidade. Se pensarmos na cidade de Lisboa, nos spots do tráfico de droga, isso acontece. Durante muitos anos, um bairro degradado de Lisboa, o Casal Ventoso, funcionou como mercado de droga. O bairro foi demolido, e esse mercado mudou-se para outros sítios como o Intendente. Isto significa que acredito que sim, mas em parte. Isto é, resolvo alguns problemas. Em alguns sítios é fundamental. Não estou a dizer que não foi boa ideia acabar com o Casal Ventoso, foi. Estou a dizer que isso só não chega para resolver os problemas da criminalidade dentro da cidade. É uma ferramenta para contribuir para isso, mas tem de ser acompanhada por outras medidas tão estruturais quanto essa.</p>
<p><b>Questão n.º 10</b> Que outras vantagens teria esta implementação?</p>
<p>Esse programa contribuiria seguramente para o aumento da perceção de segurança por parte das populações. Ela não é má em Lisboa e em Portugal genericamente. Apesar de tudo, este tipo de política pública seguramente vai contribuir para o incremento não só da segurança, mas também da sensação de segurança, e ela é importante. Também é importante na valorização dos territórios e na valorização das sociedades e dos países. O turismo em Portugal está a crescer a dois dígitos neste momento e, do ponto de vista da atividade económica, conta como exportação. Uma das razões do crescimento do turismo em Portugal é porque o país é seguro e a sensação de segurança existe. Ninguém vai fazer turismo para um país, cidade ou região relativamente aos quais a sensação de segurança é baixa. As pessoas não querem correr riscos. Portanto, do ponto de vista das políticas públicas, o investimento na segurança também se reflete nisso. Hoje em dia, a reação que os portugueses têm à polícia é muito diferente do que acontecia há uns</p>

anos. Já não existe aversão à polícia. A existência de polícia na rua dissuade a existência de comportamentos que revelam pouca cidadania.

**Questão n.º 11**

De que forma seria possível implementar um programa destes a nível nacional?

Eu acho que é possível. A questão do desenho urbano deve ter em conta que possa ser aplicado em qualquer sítio. Nos sítios onde já existe cidade consolidada e grupos potencialmente marginais, que podem gerar problemas, se a cidade for mais bem vigiada com, por exemplo, câmaras, provavelmente a Assembleia da República votaria contra. Em alguns centros urbanos essa medida foi implementada e a criminalidade diminuiu. Porventura pode ter mudado para outro sítio, mas diminuiu, e em alguns sítios é importante que ela diminua. **Em algumas cidades é importante que as pessoas que respeitam não sejam desapropriadas dos territórios por problemas ligados à marginalidade apenas porque a segurança decresceu. Se forem controlados no âmbito de uma política pública é mais fácil.** Se estiverem a ser filmados é mais fácil. Quando se filma sabe-se quem fez e é mais fácil identificar. Nas novas urbanizações é possível pensar o traçado da cidade na perspetiva da segurança. Não apenas da ordem pública, mas também em caso de catástrofes naturais. **Portanto, pode-se implementar a nível nacional havendo vontade política. Ou seja, a política pública do ponto de vista da implementação implica, acima de tudo, vontade política para o fazer. Essa é fundamental.** E, para haver vontade política, é fundamental que os decisores se convençam de que as medidas são boas e de que fazem falta. **E que percebam, também, que as propostas devem ser acompanhadas de avaliação. Se não monitorizo não sou capaz de dizer se as medidas produzem efeito ou não. Deve haver um programa específico de monitorização da própria política.**

**Questão n.º 12**

Em que áreas e tipologia de espaços seria mais vantajoso aplicar este programa?

**Deve-se começar pelos espaços públicos. A polícia sabe bem em que sítios há potencial para haver problemas e, nesse sentido, deve-se definir uma hierarquia de intervenção e será, certamente, nas áreas urbanas.** Há centros urbanos onde a população residente é muito baixa, mas são as áreas onde passa mais gente todos os dias. São os centros urbanos das principais cidades.

**Questão n.º 13**

Quais seriam as principais dificuldades na implementação deste programa?

Portugal já tem mais anos de democracia do que os que tinha tido de ditadura antes de 1974, mas **há uma geração de pessoas que está viva e está ativa que cresceu com uma má relação com a polícia.** Nessa altura, a polícia desempenhava um papel essencialmente repressivo que sustentava o regime. Ao contrário do que se sucede no resto da Europa, onde isto não aconteceu, conseguem lidar com as questões da liberdade e da segurança mais facilmente do que nós. **Este é, claramente, um constrangimento.** Todos nós entramos em centros comerciais, conscientes de que há câmaras por todo o lado, e não deixamos de entrar. Faz parte do sistema de segurança daquela infraestrutura. Quem não deve, não teme, e as pessoas não devem ter medo do incremento da segurança nesta perspetiva. Se alguém estiver muito interessado em vigiar alguém não precisa de câmaras de vigilância, utiliza os telemóveis.

**Questão n.º 14**

Considera que a participação das Forças e Serviços de Segurança é essencial? De que forma poderiam tomar parte deste programa?

**São fundamentais.** Desde logo porque o sistema deve ser controlado pelas Forças de Segurança. É muito mais seguro do que se for controlado por outra entidade qualquer. Devem ser as Forças de Segurança a implementar o sistema para que coordenem com as patrulhas. E será também muito importante na transmissão de informação à população. Estas políticas necessitam de aceitação por parte da população.

## F.5. Entrevista n.º 5

Quadro 17 - Transcrição da Entrevista n.º 5

Bloco A: Caracterização do entrevistado	
1. Nome	Paulo Morgado Sousa
2. Posto/Função	Professor auxiliar e investigador efetivo do CEG-UL
3. U/E/O	IGOT-UL
4. Local	IGOT-UL
5. Data	24 de abril de 2017
6. Hora de Início	15.00
7. Hora de Fim	15.13
Bloco B: Guião de Entrevista	
<b>Questão n.º 8</b>	
Tendo em conta a realidade portuguesa, considera que as políticas públicas de segurança são importantes para que os cidadãos se sintam em segurança?	
<b>Sim</b> , creio que o problema não seja uma questão de legislação, mas sim o cumprimento da mesma. Existe, todavia, um projeto, no qual colaborei com outros colegas em criminologia, que é o desenho da cidade como fator de criação de um sentimento e de uma prática de segurança ou até de medo. Isso pode ser interessante, uma série de técnicas para saber projetar uma cidade e determinados tipos de espaços <b>de forma a criar perceções e mitigar os tipos de espaços onde se verificam maiores índices de criminalidade.</b>	
<b>Questão n.º 9</b>	
De que forma poderia uma política pública de segurança, onde fosse implementado um programa CPTED, auxiliar na redução da criminalidade contra o património?	
<b>Fundamental.</b> Existem, sobretudo em alguns países nórdicos, disciplinas específicas e equipas técnicas com especialidade dentro da criminologia, como em design urbano. <b>O próprio tipo de imobiliário urbano que é desenhado e projetado tem diversas especificidades para a dissuasão de diversos tipos de crimes.</b> A iluminação é fundamental.	
<b>Questão n.º 10</b>	
Que outras vantagens teria esta implementação?	
<b>Sobretudo da perceção do crime por parte das pessoas e da apropriação do espaço público por parte das pessoas.</b> Se eu criar, e as estatísticas reforçam essa teoria, espaços que são aprazíveis para a permanência das pessoas com jardins, bancos, iluminação ou programas de rua, esses locais são mais vividos e, em contrapartida, os índices de criminalidade dos diferentes tipos baixam. Se eu criar espaços com elementos que não proporcionem vida e que, pelo contrário, de alguma forma afastem as pessoas de lá – espaços inóspitos, pouco verdes, com ausência de elementos amenizadores dos efeitos de tempo, muito quentes de verão	



e muito frios de inverno – onde não haja qualquer tipo de atividades projetadas de tipo lúdico nem de estar, com bancos de jardim, esses espaços normalmente acabam por verificar maior concentração de atividades marginais e acabam por ter maiores taxas de crime contra os transeuntes e contra o património.

**Questão n.º 11**

De que forma seria possível implementar um programa destes a nível nacional?

Teria de começar pela integração destas técnicas e destes conhecimentos a nível da educação das escolas e a nível da formação específica nas diferentes disciplinas da especialidade nas universidades e numa estreita colaboração com as entidades de segurança. São normalmente estas as medidas que são implementadas, como, por exemplo, no Reino Unido e na Suíça. São os casos que conheço e que têm trazido alguns resultados mais positivos. Como formas menos planeadas e mais de intervenção topdown, temos nestes dias os centros de operações de informação com colocação de sensores e câmaras em locais das cidades que recolhem informação e, através de serviços de intelligence e de inteligência artificial, conseguem fazer uma antevisão daquilo que podem ser os diferentes tipos de crime. Existem centros que conseguem fazer a relação e análise para determinar qual é a probabilidade de ocorrência futura de determinado tipo de crimes, o que faz com que os pareceres de segurança possam, antecipadamente, planejar ações para essas áreas, evitando a ocorrência desses crimes. Já existe no Rio de Janeiro, Londres, Singapura. Foram apresentados em conferências e fóruns da especialidade alguns resultados. Lisboa montou agora um centro de operações de informação para gerir a cidade. Não sei se tem essa função específica.

**Questão n.º 12**

Em que áreas e tipologia de espaços seria mais vantajoso aplicar este programa?

Numa fase inicial, para uma gestão de efetivos e recursos financeiros, apenas em espaços públicos. Podia-se fazer testes em áreas piloto, aquelas onde se evidenciam maiores taxas de criminalidade. Posteriormente, poderia ser alargado aos espaços privados.

**Questão n.º 13**

Quais seriam as principais dificuldades na implementação deste programa?

Creio que será sobretudo uma questão cultural. De verem a relevância e importância. Do ponto de vista do que devem ser os recursos financeiros que devem ser alocados, hoje já não são valores significativos, porque a tecnologia está acessível a nível de custos. Os recursos humanos necessários para gerir este tipo específico de centros seriam duas ou três pessoas. Em regime de teste, isto poderia ser encomendado às universidades, como a câmara de Lisboa e a câmara de Cascais estão a fazer. Do ponto de vista do que seria a questão cultural, mais estruturante, é uma questão de tempo e de mudança dos planos curriculares, quer das escolas e dos manuais, com a inclusão deste tipo de estudos e matéria, quer das universidades. Não envolve muitos recursos financeiros, será mais do ponto de vista cultural. Creio que a questão da cidadania para a gestão do bem público e do espaço se vai transmitir e ter impacto na questão da criminalidade. É uma questão cultural e de vontade política.

**Questão n.º 14**

Considera que a participação das Forças e Serviços de Segurança é essencial? De que forma poderiam tomar parte deste programa?

Sem as Forças e Serviços de Segurança nada disto era possível. Fazendo um apelo e pressionando as forças políticas de que a criminologia devia ser uma área científica, com maior desenvolvimento e fruto de uma maior investigação por

parte das diferentes áreas científicas, quer das ciências computacionais, quer das ciências sociais e de que, **do ponto de vista da sua aplicabilidade no território, devia ser, dentro daquilo que são os órgãos de poder local, em parceria com as forças de segurança, desenvolverem-se ações e estudos concretos em equipas multidisciplinares.**

## F.6. Entrevista n.º 6

Quadro 18 - Transcrição da Entrevista n.º 6

Bloco A: Caracterização do entrevistado	
1. Nome	Gonçalo Manuel Ferreira dos Santos Antunes
2. Posto/Função	Professor Auxiliar Convidado na FCSH
3. U/E/O	FCSH
4. Local	FCSH
5. Data	27 de abril de 2017
6. Hora de Início	12.00
7. Hora de Fim	12.24
Bloco B: Guião de Entrevista	
<b>Questão n.º 8</b>	
Tendo em conta a realidade portuguesa, considera que as políticas públicas de segurança são importantes para que os cidadãos se sintam em segurança?	
<p><b>As políticas públicas de segurança são obviamente essenciais para que os cidadãos se sintam em segurança, até porque a segurança dos cidadãos depende, em grande medida, da segurança pública e não da segurança privada e de instrumentos de segurança privada. Portanto, desse ponto de vista as PPS são essenciais.</b> Parecem-me sobretudo políticas de segurança de proximidade, talvez, e, também, do espaço construído. Por vezes, o espaço é contruído, mas não é bem construído nem bem pensado. Muito menos em termos de segurança. Nos bairros sociais encontram-se situações que não fazem qualquer sentido em termos de espaço construído, porque quem pensou e projetou aqueles bairros possivelmente nunca terá colocado a componente da segurança dos espaços e do sentimento de segurança dos próprios espaços. Também a possibilidade da configuração e da forma do projeto pode potenciar a criminalidade. Nos bairros sociais isso é muito visível. Quando se pensa em fazer cidade e construir cidade é preciso também pensar em fazer uma cidade aberta, em que seja fácil comunicar uns espaços com os outros. A partir do momento em que se criam espaços ghettizados, potenciam-se depois situações de criminalidade, onde há segurança para fazer crime. Os bairros sociais acabam por ser o ponto extremo do mau exemplo do CPTED e até podiam ser melhorados com facilidade. <b>As políticas públicas são então obviamente fundamentais para que as pessoas se sintam seguras e para contribuir para um clima intenso de segurança.</b></p>	
<b>Questão n.º 9</b>	
De que forma poderia uma política pública de segurança, onde fosse implementado um programa CPTED, auxiliar na redução da criminalidade contra o património?	
<p><b>Por vezes são necessárias intervenções</b>, não muito grandes, mudam logo completamente até mesmo o sentimento de segurança. Não tem só a ver com a beleza nem com a estética, tem a ver com o sentimento de segurança. Isso vê-se em algumas renovações que têm sido feitas na calçada de Santana. <b>Afasta</b></p>	



<p><b>potenciais criminosos</b> naquele local, porque são facilmente identificáveis e visíveis por todos aqueles que podem ser vítimas de assaltos, <b>mas também necessita de atividade da polícia que pode ali passar e ver</b>. Isso contribui logo para aumentar a segurança na cidade e o sentimento de segurança. Às vezes são mudanças muito pequenas, como na iluminação dos espaços.</p>
<p><b>Questão n.º 10</b> Que outras vantagens teria esta implementação?</p>
<p>Há uns anos atrás havia o problema das paredes pintadas, mas agora diminuiu. Atenta-se contra o património quando se pintam as paredes de um edifício, é estragar a propriedade de alguém. É bastante visível nos bairros sociais. Os parques infantis, por exemplo, são permanentemente destruídos nos bairros sociais. São completamente vandalizados. <b>Também pode contribuir para diminuir a destruição do património privado e público, diminuir o vandalismo e, com isto, o sentimento de segurança aumenta.</b></p>
<p><b>Questão n.º 11</b> De que forma seria possível implementar um programa destes a nível nacional?</p>
<p><b>Olhando para o planeamento em si, seria inscrever na política nacional ou no programa nacional da política de ordenamento do território, um documento orientador do ordenamento do território em Portugal (PNPOT).</b> Se este documento fizer observações, propostas, sugestões e orientações sobre a criminalidade ou medidas que a possam diminuir, é possível que depois seja implementado em escalões mais baixos, a nível regional e municipal. Acho que era uma das únicas formas de implementar um programa destes a nível nacional.</p>
<p><b>Questão n.º 12</b> Em que áreas e tipologia de espaços seria mais vantajoso aplicar este programa?</p>
<p><b>Os locais onde há mais problemas devem ter mais medidas para atenuar esses problemas.</b> É uma questão de identificar onde há mais problemas de criminalidade contra o património e, nesses locais, devem ser implementadas as medidas. Se em determinado local não há uma taxa de criminalidade contra o património elevada, não há necessidade de se gastarem recursos, sejam eles económicos ou humanos. Certamente há situações que o urbanismo pode ajudar. <b>Dependendo da zona pode haver mais problemas no espaço público, no privado ou até mesmo nos dois, mas certamente que seria eficaz nos dois.</b></p>
<p><b>Questão n.º 13</b> Quais seriam as principais dificuldades na implementação deste programa?</p>
<p><b>Certamente há situações em que o urbanismo pode ajudar, embora o urbanismo nunca resolva os problemas da sociedade, que pode não gostar de ser vigiada.</b> Por muito que se faça pode-se diminuir, mas, na verdade, se calhar ele está a afastar-se para outro local. Às vezes o que acontece é mais isso. Os problemas na sociedade vão continuar a existir. Os problemas estão lá, estão nas pessoas. São problemas da sociedade. Podem ser amenizados com questões de segurança, mas também com outro tipo de apoios públicos. <b>As principais dificuldades estão na sensibilização dos atores políticos para este tipo de problemas.</b> A partir do momento em que os problemas estão escondidos em certos sítios, eles não são resolvidos. Esse seria o principal problema, sensibilizar o poder político para este tipo de intervenção, a nível local.</p>
<p><b>Questão n.º 14</b> Considera que a participação das Forças e Serviços de Segurança é essencial? De que forma poderiam tomar parte deste programa?</p>

## Anexo F – Transcrição das Entrevistas

**Sim, são essenciais.** Poderiam ao fazer pressão para que estes assuntos sejam colocados nas questões do urbanismo. **Sensibilizar para que estas questões sejam pensadas por quem tem de decidir,** para que sejam mais ouvidos.